

Itamaraty pede urgência nas medidas

Brasil apoia ação de Haia para deter genocídio de Israel

Fabio Vieira



Lucro recorde da Sabesp evidencia que Tarcísio quer se desfazer de empresa lucrativa e de excelência

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) fechou o quarto trimestre de 2023 com lucro líquido de R\$ 1,186 bilhão. A alta é de 84,7% em relação ao mesmo período de 2022. No total, durante todo o ano de 2023, a estatal lucrou R\$ 3,523 bilhões, o que representa um avanço de 12,9% em relação ao ano anterior. No ano passado, a receita total da companhia foi de R\$ 25,568 bilhões, 15,9% acima de 2022. Os números da companhia ocorrem no momento em que o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) dobra os esforços para se desfazer da Sabesp. **Página 4**

HORA DO POVO
ANO XXXIV - Nº 3.947 3 a 9 de Abril de 2024



1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Netanyahu barra ajuda humanitária para matar os palestinos de fome

Ministério das Relações Exteriores do Brasil elogiou, no sábado (30), por meio de nota, a decisão da CIJ (Corte Internacional de Justiça) que determinou que Israel adote medidas adicionais para garantir o fornecimento de serviços básicos e assistência humanitária aos palestinos, na Faixa de Gaza. Israel impede que a ajuda humanitária chegue aos palestinos, que estão morrendo por falta de comida. É crime de guerra. Em nota, o Itamaraty reafirma ainda cobrança de cessar-fogo imediato em Gaza. **Página 3**

Gleisi diz que ata do Copom “é um tapa na cara do Brasil”

Divulgação



Brasil perde a tecnologia do sistema Astros, lançadores múltiplos de foguetes, para concorrente estrangeiro

Empresa estratégica, Avibrás é vendida a grupo australiano

Governo autorizou desnacionalização da empresa de alta tecnologia na área de defesa

A venda da empresa brasileira Avibras, fabricante de equipamentos de defesa, de mísseis e com uma grande expertise na área de veículos lançadores, para um grupo australiano concorrente, anunciada esta semana, está sendo considerado um acontecimento trágico para a Defesa Nacional e para o projeto nacional mais amplamente. Os compradores são investidores de um fundo de investimentos australiano que por meio de uma concorrente de porte muito inferior à Avibras, a Defendtex, comprou 100% da empresa nacional. A Austrália se apodera da expertise na área de veículos lançadores, como é o caso do S-50, “joia da coroa” do programa espacial. Ainda não há informações sobre os valores envolvidos na transação. O governo brasileiro autorizou a venda. **Página 2**

“Tratar aumento do emprego e da massa salarial como ameaças para a queda dos juros, como faz a ata do Copom, é um tapa na cara do país”, afirmou a deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), presidente nacional do PT, em suas redes sociais. “O BC de Campos Neto é que é uma ameaça constante e cada vez maior ao crescimento econômico de que o Brasil tanto precisa. É só a economia dar sinais positivos, que eles reforçam a política de juros estratosféricos, entre os maiores do planeta. Essa irresponsabilidade precisa parar”, completou. **Página 3**

Marinho condena juros altos e diz que o BC precisa estudar economia

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, cobrou a continuidade da redução da taxa de juro do BC. Ele classificou como “burra” a forma com que o BC busca controlar a inflação e afirmou que o Banco Central deveria estudar os “fundamentos da economia”, já que o meio atual que busca controlar a inflação está impedindo o avanço mais progressivo na geração de empregos no Brasil. **Página 2**

Desemprego em fevereiro sobe a 7,8%, apura IBGE

A taxa de desemprego cresceu no Brasil e ficou em 7,8% na passagem de dezembro de 2023 e fevereiro deste ano, em comparação ao trimestre encerrado em novembro de 2023 (7,5%), conforme a PNAD Contínua, divulgada na quinta-feira (28) pelo IBGE. São 8,5 milhões de pessoas em busca de trabalho, uma alta de 4,1% na comparação trimestral. **Página 2**

Irlanda e África do Sul juntas em Haia contra o genocídio de Israel em Gaza

O ministro das Relações Exteriores e ministro da Defesa, Micheál Martin, anunciou que a Irlanda vai se somar à África do Sul na ação movida perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ) que denuncia o genocídio perpetrado por Israel em Gaza. A Irlanda anunciou a medida, na quarta-feira (27), e que o faz ao abrigo da Convenção Contra o Genocídio um dos pilares para o funcionamento da CIJ com sede em Haia. “Cabe ao tribunal determinar se está sendo cometido genocídio. Mas quero ser claro ao reiterar o que disse muitas vezes nos últimos meses; o que vimos em 7 de outubro em Israel e o que estamos vendo em Gaza agora representa a violação flagrante do direito humanitário internacional em grande escala”, disse o ministro Micheál Martin. **Pág. 7**

STF acha que espremer mais os aposentados é solução

Cidades, Transportes e Defesa foram os mais atingidos pelos cortes no Orçamento

Os ministérios das Cidades, dos Transportes e da Defesa foram os mais atingidos pelo bloqueio de R\$ 2,9 bilhões anunciado na semana passada pela área econômica – Fazenda e Planejamento – no Orçamento, visando o déficit fiscal zero. Outros 10 ministérios também sofreram cortes.

O detalhamento do bloqueio foi divulgado na quinta-feira (28), através do Decreto 11969/23. Os cortes referem-se às despesas não obrigatórias e devem impactar especialmente os investimentos do governo federal e o custeio da máquina pública ou gastos com água, luz, serviços de apoio, tecnologia de informação, entre outros.

O bloqueio não atingiu as áreas de educação e saúde, assim como preservou as emendas parlamentares.

Ministério das Cidades: -R\$ 741,47 milhões; Ministério dos Transportes: -R\$ 678,97 milhões; Ministério da Defesa: -R\$ 446,48 milhões; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social: -R\$ 281,68 milhões; Ministério da Integração: -R\$ 179,79 milhões; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação: -R\$ 118,79 milhões; Ministério da Agricultura: -R\$ 105,49 milhões; Ministério da Fazenda: -R\$ 94,39 milhões; Ministério das Relações Exteriores: -R\$ 69,29 milhões; Ministério da Justiça e Segurança Pública: -R\$ 65,59 milhões; Ministério dos Portos e Aeroportos: -R\$ 52,29 milhões; Ministério do Planejamento e Orçamento: -R\$ 37,09 milhões e Ministério da Gestão e Inovação: -R\$ 36,29 milhões

O bloqueio cumpriu o limite definido no arcabouço fiscal para as contas da União em razão da Lei Complementar 200/2023 aprovada em agosto do ano passado, que substituiu o teto de gastos públicos, regime fiscal até então em vigor.

As despesas com pagamento de juros da dívida pública aos bancos, que ao longo dos últimos 12 meses atingiu R\$ 720 bilhões, não estão submetidos a contingenciamentos.

Inadimplência recua em fevereiro, mas ainda atinge 72,04 milhões de brasileiros

Em fevereiro deste ano, a inadimplência no Brasil atingiu 72,04 milhões de brasileiros, segundo o Serasa. De acordo com o Mapa da Inadimplência da Serasa, o número de pessoas inadimplentes no país apresentou uma ligeira queda de 0,04% na passagem de janeiro para fevereiro deste ano.

Em relação a fevereiro de 2023, o número de brasileiros que não conseguem pagar suas dívidas e contas básicas estão inadimplentes subiu 2%, passando de 70,53 milhões para 72,04 milhões o número de pessoas com o nome negativado no país.

O cartão de crédito foi novamente apontado pelos inadimplentes como o principal responsável pelo endividamento.

Em fevereiro, essa modalidade de dívida corresponde a 29,27% dos endividados. Em seguida, são apontadas como fontes de endividamento:

contas básicas (22,67%) – como luz, água e gás, -, financeira (17,17%) e varejo (10,99%).

Com a manutenção dos juros altos no Brasil – por influência da elevada taxa básica de juros (Selic) do Banco Central BC, hoje em 10,25% ao ano, – o grau de inadimplência segue extremamente elevado no Brasil, apesar dos esforços do governo Lula em retirar os nomes de milhões de brasileiros dos cadastros de inadimplência, por meio do programa de renegociação de dívidas “Desenrola Brasil”, que se encerra este mês.

Do seu início em junho do ano de 2023 até o final de março, cerca de 12,2 milhões de pessoas renegociaram as suas dívidas pelo Desenrola, totalizando R\$ 37,5 bilhões em negociações.

O programa que se encerraria em 31 de março foi prorrogado pelo governo federal até o dia 20 de maio.

Avibras: empresa na área de defesa é vendida para grupo australiano



Avibras, fabricante de equipamentos de defesa, de mísseis, com uma grande expertise na área de veículos lançadores. Foto: Sistema Astros

Marinho critica juros elevados e diz que BC tem que estudar economia

Ministro do Trabalho aponta a “forma burra” do BC de controlar a inflação com juros elevados e corte no crédito. O que precisa é o Brasil crescer, recomendou

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, cobrou a continuidade da redução da taxa de juro (Selic) do Banco Central (BC), em coletiva na última quarta-feira (27), ao divulgar os números da geração de emprego formal em fevereiro deste ano, época que foram criados 306.111 postos de trabalho com carteira assinada, superando as 168.503 vagas de janeiro em 81,67%.

Segundo Marinho, o Brasil poderia ter gerado mais de 2 milhões de empregos no ano passado se não fosse a “irresponsabilidade” do BC em sustentar a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% até agosto do mesmo ano (fazendo com que a taxa ficasse doze meses neste patamar) e se a política de cortes da Selic tivessem sido mais agressivas.

“O cuidado que tem que ter é continuar reduzindo a taxa de juro, até porque o Brasil ainda continua com a segunda maior taxa de juros do mundo. Os juros ainda são muito altos no Brasil. Então, quem tem a responsabilidade, a tomada de decisão desse monitoramento, é planejar a continuidade da redução dos juros e colaborar para a economia continuar crescendo”, declarou Marinho sobre os juros reais (descontada a inflação) no Brasil que estão em segundo lugar, atrás apenas do México.

“Eu falava o ano passado, se a política de redução de juros tivesse começado antes do que começaram e tivesse sido mais agressiva, nós podíamos ter chegado nos 2 milhões ou mais 2 milhões de empregos gerados. Portanto, tem a responsabilidade de ter



“Que o BC não restrinja o mercado de trabalho. Deixa ele crescer”, defendeu o ministro Marinho

evitado a geração de 400 mil a 500 mil empregos, a política irresponsável dos juros altos. Nós precisamos chamar a atenção do Banco Central, de que ele tem responsabilidade”, completou.

Marinho também classificou como “burra” a forma com que o Banco Central (BC) busca controlar a inflação e afirmou que o Banco Central (BC) deveria estudar os “fundamentos da economia”, já que o meio atual que busca controlar a inflação está impedindo o avanço mais progressivo na geração de empregos no Brasil.

“Que o BC não restrinja o mercado de trabalho, deixa ele crescer”, declarou o ministro do Trabalho.

“Eles tem que olhar melhor, estudar mais. Está faltando estudar os fundamentos da economia. Existem duas maneiras de controlar a inflação. Uma forma é restringir. É o aumento de juros, corte de crédito. Isso aí, você controla a inflação? Sim, mas é a forma burra de fazer”, criticou Marinho, que seguiu.

Governo autorizou a desnacionalização da empresa. A Austrália se apodera da expertise na área de veículos lançadores, como é o caso do S-50, “joia da coroa” do programa espacial. Além disso, o Brasil perde a tecnologia do sistema Astros, sistema de artilharia que é um enorme sucesso de exportação desde os anos 80

A venda da empresa brasileira Avibras, fabricante de equipamentos de defesa, de mísseis e com uma grande expertise na área de veículos lançadores, para um grupo australiano concorrente, anunciada esta semana, está sendo considerado um acontecimento trágico para a Defesa Nacional e para o projeto nacional mais amplamente.

Os compradores são integrantes de um fundo de investimentos australiano que por meio de uma concorrente de porte muito inferior a Avibras, a Defendtex, comprou 100% da empresa nacional. Ainda não há informações sobre os valores envolvidos na transação. O governo brasileiro autorizou a venda.

AUTOSSABOTAGEM

A perda da Avibras, uma empresa de alta tecnologia, não disponível comercialmente, de acesso restrito e objeto de denegação e cerceamento, como são aquelas na área de mísseis, incluindo propulsores e inerciais, para uma concorrente estrangeira, está sendo apontada como um episódio de autossabotagem contra o próprio Brasil.

Chegou-se, segundo especialistas da área, a ensaiar uma solução nacional de investidor para enfrentar as dificuldades vividas pela Avibras, mas que dependia de um impulso mais decidido por parte do governo brasileiro. Contudo, ocorreu, segundo esses mesmos especialistas, o pior cenário, a aquisição por um concorrente.

Do ponto de vista geopolítico, a compra é considerada também uma grande jogada australiana. O país, influenciado pelos EUA, se defronta com um “entorno estratégico” conturbado, como é a região da Ásia-Pacífico.

Com a aquisição, a empresa australiana acessa um míssil pronto (o mais relevante já desenvolvido pelo Brasil), inclusive com sistema inercial (o MTC, desenvolvido com recursos públicos brasileiros), que pode ser convertido numa versão para equipar seu submarino em desenvolvimento no âmbito do AUKUS (aliança militar formada por Austrália, EUA e Inglaterra).

ASTROS AGORA É AUSTRALIANO

O grupo da Austrália passa a deter também a citada expertise na área de veículos lançadores, como é o caso do S-50, com motor-foguete base do VLM, “joia da coroa” de nosso programa espacial.

Além disso, há também a tecnologia do sistema ASTROS, sistema de artilharia que é um enorme sucesso de exportação desde os anos 80 e que, recentemente, tem uma versão modernizada, objeto de cobiça, inclusive recentemente para a guerra na Ucrânia. O Brasil se desfez de tudo isso depois de anos de investimento.

A direção da empresa, em dificuldades, já vem há mais de um ano negociando a venda para estrangeiros. Pelo menos sete casos conhecidos eram de empresas estrangeiras que estavam em negociação.

A venda ocorre pouco depois de outro episódio também de enorme gravidade, que foi a compra da SIATT (fabricante de

mísseis) pela estatal dos Emirados, o EDGE Group, que imediatamente incorporou ao seu portfólio o MANSUP, míssil naval de 5ª geração, dominado por poucos países e igualmente desenvolvido com recursos públicos brasileiros.

A venda da Avibras está na contramão do que ocorre em todo o planeta. O mundo inteiro reforma ou instituiu instrumentos de proteção de suas empresas de base tecnológica, ainda mais na área de Defesa. Aqui as portas estão abertas, trata-se um assunto dessa importância estratégica como se isso fosse uma questão de mercado. Ingenuamente o país vê a desnacionalização de empresas que levaram décadas se estruturando com base em dinheiro público, como é caso da Avibras e da Mec-tron-Siatt.

MAIS GRAVE DO QUE A QUEBRA DA ENGESA

A perda da Avibras para uma concorrente estrangeira está sendo vista, do ponto de vista geopolítico e da “estratégia nacional”, como mais grave até do que a quebra da Engesa, nossa fabricante da carros de combate sobre lagarta, como o tanque Osório, no início dos anos 90.

Afinal, hoje, num cenário geopolítico muito mais desafiador ao Brasil, estamos desnacionalizando tecnologias que estão no coração da capacidade dissuasória convencional, o núcleo da estratégia brasileira de Defesa, como é o caso da capacidade missilística, de artilharia e espacial.

Em recente reportagem, publicada pelo HP já se revelavam os problemas vividos pela Avibras e por outras empresas da área de Defesa. Nela, o professor Eduardo Siqueira Brick, de Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança na Universidade Federal Fluminense (UFF), alertava para a necessidade de maior envolvimento do Estado nacional neste assunto.

Citando algumas empresas que passaram por graves crises nos últimos anos, como os casos emblemáticos da MECTRON e da própria Avibras, Eduardo Siqueira Brick reconhece que retomar o desenvolvimento de uma indústria que parou no tempo “é um processo de décadas”, que passa também pela modernização da infraestrutura que já existe.

ESTADO NACIONAL TEM QUE INTERVIR

“É necessário tomar uma decisão política, que virá necessariamente de Brasília”, argumentou. “Política de defesa não é atribuição das Forças Armadas, mas, sim, do Estado do Brasil. As Forças Armadas são instrumentos de defesa”.

O professor defendeu a criação de um orçamento de gestão de defesa, com soluções e compromissos para sustentar a capacidade operacional de combate das tropas e a capacidade de assegurar a elas o arsenal de guerra do Brasil.

“Os meios atuais ficam obsoletos muito rapidamente, e quando chega a hora de usar, eles não são mais necessários”, disse Siqueira Brick, acrescentando que, em tempo de paz, “você deve aproveitar a janela de oportunidade para priorizar essa força de defesa”.

IBGE: desemprego sobe a 7,8% em fevereiro

A taxa de desemprego cresceu no Brasil e ficou em 7,8% na passagem de dezembro de 2023 e fevereiro deste ano, em comparação ao trimestre encerrado em novembro de 2023 (7,5%), conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, divulgada na quinta-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o ingresso de 332 mil pessoas a mais no país à procura de uma vaga de emprego, após o término das datas festivas de final de ano, a população desempregada chegou a 8,5 milhões de pessoas no trimestre, sendo uma alta de 4,1% em comparação com o trimestre imediatamente anterior. Este é o primeiro aumento do contingente de desempregados no país desde o trimestre móvel encerrado em abril do ano passado.

O resultado divulgado pelo IBGE, mede a quantidade de empregos formais e informais, ocorre em meio a sinalização do Banco Central (BC) em desacelerar ainda mais o corte na taxa básica de juros (Selic), que ainda se mantém em nível muito elevado, travando os investimentos e o consumo de bens e serviços no Brasil.

Na ata mais recente do Comitê de Política Monetária (Copom), diretores do BC, que seguem sob o comando de Roberto Campos Neto, repercutem o mal-estar do mercado financeiro com os esforços do governo Lula de ampliar os investimentos públicos e privados no país, ao afirmarem que a atividade econômica resiliente, os aumentos do emprego e da massa salarial, ameaçam a velocidade da desinflação e, que “esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal” e o “aumento de crédito direcionado” pelo governo “têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária”.

Na quarta-feira (20 de março), o colegiado de diretores do BC, por unanimidade, votou por reduzir, mais uma vez a conta-gotas, a Selic em apenas 0,50 ponto percentual. Com isto, a taxa base saiu dos 11,25% para 10,75% ao ano, mantendo os juros reais (descontada a inflação) entre os maiores do mundo.

No trimestre terminado em fevereiro deste ano, a criação de vagas foi puxada por Serviços. Agronegócio e administração pública lideraram as dispensas.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/desemprego-sobe-a-78-em-fevereiro-diz-ibge/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90



Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

SUCURSAIS:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yaho.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa,

140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Deputada federal e presidente nacional do PT Gleisi diz que ata do Copom "é um tapa na cara do Brasil"

A presidente nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), afirmou em suas redes sociais que o Banco Central explicitou em sua ata do Copom (Conselho de Política Monetária) que não aceita que a economia do país cresça e que o emprego melhore e sinaliza que pode reduzir o ritmo da queda dos juros. Para Gleisi, não é aceitável que a justificativa para a política de juros abusivos seja o crescimento da economia.

"Tratar aumento do emprego e da massa salarial como ameaça para a queda dos juros, como faz a ata do Copom, é um tapa na cara do país. O BC de Campos Neto é que é uma ameaça constante e cada vez maior ao crescimento econômico de que o Brasil tanto precisa. É só a economia dar sinais positivos, que eles reforçam a política de juros estratosféricos, entre os maiores do planeta. Essa irresponsabilidade precisa parar", destacou a deputada.

A ata do Copom justificou a manutenção da criminosa redução em conta-gotas nas taxas de juros, que estão estrangulando a economia e impedindo os investimentos produtivos, com "a redução do ritmo da queda com incertezas externas".

Como se não bastasse, afirmou categoricamente que a "atividade econômica resiliente" e a "aceleração de rendimentos e da massa salarial" ameaçam a velocidade da desinflação. Uma confissão explícita de que seu objetivo é manter o país na estagnação econômica.

Brasil apoia Corte de Haia contra o genocídio de Israel em Gaza



Criança palestina de 8 anos suplica por comida em Rafah, na Faixa de Gaza "Escalada de violência em Gaza é alarmante", diz embaixador do Brasil nas Nações Unidas

O governo brasileiro se somou na terça-feira (26) à relatora Francesca Albanese, no Conselho de Direitos Humanos da ONU, que pediu que os atos de Israel sejam alvo de uma investigação, que os autores de crimes sejam responsabilizados e declarou apoio à relatora da entidade que classificou as mortes em Gaza como genocídio. As informações são do colunista Jamil Chade, do UOL.

Num documento apresentado à ONU pela relatora Francesca Albanese, Israel foi acusado de ter atingido o equivalente a duas bombas atômicas e de estar cometendo um genocídio contra palestinos. O documento submetido ao órgão é

o primeiro dentro do quadro da ONU a falar abertamente sobre a existência de um genocídio em Gaza — algo que o governo de Israel rejeita.

Ao tomar a palavra, a diplomacia brasileira agradeceu o informe da relatora especial sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados. "A escalada da violência cometida pelos militares e colonos israelenses atingiu níveis alarmantes nos últimos anos", disse o embaixador brasileiro Tovar da Silva Nunes.

"O atual conflito em Gaza resultou em trágicas perdas de vidas, e condenamos o uso da fome e da destruição da infraestrutura de saúde como armas de guerra", disse. "Denunciamos

tanto os ataques terroristas do Hamas quanto a resposta desproporcional e indiscriminada de Israel", completou embaixador brasileiro.

Segundo ele, o Brasil defende um cessar-fogo imediato, conforme descrito na Resolução 2728 do Conselho de Segurança da ONU, e pede a liberação incondicional dos reféns, a entrega contínua de ajuda humanitária e iniciativas para uma solução de dois Estados.

O presidente Lula manifestou recentemente o apoio ao processo movido pela África do Sul na Corte Internacional de Justiça para investigar as violações de Israel à Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio.

Lula: "um país do tamanho do Brasil precisa ter FFAA altamente qualificadas"

O presidente Lula se reuniu na quinta-feira (28) com os comandantes militares, um dia após prestigiar o lançamento ao mar, pela Marinha do Brasil, do submarino Tonelero, do submarino Tonelero, em Itaguaí, no Rio de Janeiro.

Ao lado do presidente da França Emmanuel Macron, parceiros brasileiros no desenvolvimento de tecnologia de construção de submarinos, o presidente Lula destacou, durante a solenidade da Marinha, que "agora o Brasil domina a produção de submarinos".

Na ocasião, o presidente Lula afirmou que tem "carinho" pelas Forças Armadas e defendeu que elas sejam "altamente qualificadas como forma de garantir a paz".

"Esse carinho que temos com a Marinha, temos com a Força Aérea Brasileira e com o Exército Brasileiro, porque um país do tamanho do Brasil precisa ter forças armadas altamente qualificadas, altamente preparadas ao ponto de dar respostas e garantir a paz quando nosso

país precisar", disse o presidente.

Ainda durante a solenidade de lançamento do Tonelero, Lula destacou também que o projeto desenvolvido pela Marinha desde 2008 e que inclui a construção de um submarino movido à propulsão nuclear, traz um grande ganho para o país.

"Este projeto garante a soberania brasileira no nosso litoral, fortalece a indústria naval, com geração de emprego e renda, e promove o desenvolvimento do setor com muita inovação", destacou o presidente.

O encontro com os comandantes desta quinta-feira (28) tem o objetivo de discutir assuntos relacionados às três Forças. Estarão presentes no encontro com o presidente o ministro da Defesa, José Múcio, e os comandantes da Marinha, almirante Marcos Olsen, do Exército, general Tomás Paiva, e da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Marcelo Damasceno.



"É a soberania brasileira", disse o presidente

Requião anuncia sua desfiliação do PT

O ex-governador do Paraná, Roberto Requião, anunciou sua desfiliação do PT e justificou sua decisão declarando que a legenda "não é mais um partido transformador".

Segundo Requião, a sigla está "entregando os nossos princípios, entregando a nossa soberania", liquidando a Petrobrás e apoiando privatizações no Estado.

"Eu tenho uma admiração pessoal pelo Lula, com a trajetória,

o seu crescimento cultural e político. Mas, de repente, o que eu vejo é que o PT perde a sua função transformadora no Brasil. Ele aderiu à direita. (...) Eu não posso me conformar com esta regressão. Então eu saí, vou procurar uma outra estrutura partidária que eu ainda não defini qual seja", explicou Requião.

Ele fez o anúncio de sua desfiliação em uma entrevista ao Blog do Esmael, durante a

qual negou que seja candidato à Prefeitura de Curitiba: "não tenho nem partido".

"Eu estou vendo que a importância que o PT teve, pela qual eu entrei, era válida. Mas não é mais um partido transformador", disse.

Na opinião do ex-governador, o governo Lula tem mantido a mesma política econômica do governo Bolsonaro, apontando que "o tripé [macroeconômico] continua o mesmo".

Em nota, o Itamaraty reafirma cobrança de cessar-fogo imediato em Gaza. Israel impede que a ajuda humanitária chegue aos palestinos, que morrem por falta de comida

O MRE (Ministério das Relações Exteriores) do Brasil elogiou, no sábado (30), por meio de nota, a decisão da CIJ (Corte Internacional de Justiça) que determinou que Israel adote medidas adicionais para garantir o fornecimento de serviços básicos e assistência humanitária aos palestinos, na Faixa de Gaza.

A decisão é mais uma da ONU para impedir o sofrimento imposto por Israel ao povo palestino, na Faixa de Gaza. Israel descumpra de forma criminosa as resoluções da ONU.

"O governo brasileiro saúda a adoção, em 28 de março, pela Corte Internacional de Justiça (CIJ), de novas medidas cautelares, no âmbito do processo instaurado pela África do Sul contra Israel, com base na Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio".

A CIJ é o principal órgão jurídico da ONU (Organização das Nações Unidas), que julga denúncias de crimes contra Estados. Na última quinta-feira (28), a Corte emitiu decisão, por 14 votos a 2, exigindo que Israel adote medidas cautelares adicionais para evitar a degradação da vida do povo palestino.

O Itamaraty recordou que as medidas determinadas pela CIJ têm "caráter vinculante", o que significa que os países signatários da ONU concordaram em respeitar as decisões do órgão internacional.

Ainda segundo o MRE, "o governo brasileiro espera que [as medidas] possam resultar em urgente alívio humanitário para Gaza e em ambiente de diálogo político que permita um cessar-fogo definitivo, a liberação imediata de todos os reféns e a retomada de negociações para a solução de dois Estados".

O governo brasileiro ainda lembrou que a fome instalada em Gaza matou "ao menos 31 pessoas, entre as quais 27 crianças, por mal nutrição e desidratação, conforme relatório recente do Escritório das Nações Unidas para Coordenação de Assuntos Humanitários".

MEDIDAS CAUTELARES Entre as medidas determinadas pela CIJ está a cooperação plena com a ONU para a prestação desimpedida, e em grande escala, de assistência humanitária e prestação de serviços básicos, com aumento dos pontos de passagem terrestre à Gaza, que devem ficar abertos pelo tempo que for necessário.

O órgão ainda exige que os militares israelenses não cometam atos que violem os direitos dos palestinos e que o governo de Israel apresente ao tribunal relatório sobre as medidas que adotou para cumprir a ordem da CIJ. A resposta de Israel deve ser apresentada até o dia 28 de abril.

De acordo com a decisão, "as catastróficas condições de vida dos palestinos na Faixa de Gaza deterioraram-se ainda mais, em particular devido a prolongada privação generalizada de alimentos e outras necessidades básicas a que os palestinos em Gaza foram submetidos".

"Além disso, a Corte afirmou que "os palestinos em Gaza não enfrentam mais apenas o risco de fome, conforme consta do Despacho, de 26 de janeiro de 2024, mas a fome está instalada".

ENTENDA A QUESTÃO Há 1 ano, em 29 de dezembro de 2023, a África do Sul ingressou com ação na CIJ, em que acusou Israel de genocídio. A ação recebeu o apoio de diversos países, inclusive o Brasil. Na última segunda-feira (25), a relatora

da ONU para os territórios palestinos ocupados, Francesca Albanese, também, denunciou Israel por genocídio em Gaza.

Grupo de especialistas apoiados pela ONU alerta que metade da população de Gaza, cerca de 1,1 milhão de pessoas, sofrem risco de "fome catastrófica", no enclave palestino. Isso pode ocorrer entre 16 de março e 15 de julho de 2024.

De acordo com a Classificação da Fase de Segurança Alimentar Integrada (IPC), a desnutrição aguda entre crianças de 6 meses a 23 meses de idade aumentou de 16,2% para 29,2%, entre janeiro e fevereiro deste ano.

PREPOTENTE O governo de Tel Aviv nega as acusações. Diz que a África do Sul e a relatora especial da ONU distorceram a situação no enclave palestino, que o país respeita o direito humanitário internacional e que a guerra seria contra o Hamas, e não contra o povo palestino.

Dados mais atualizados apontam que 32,5 mil pessoas morreram e outras 75 mil estão feridas após 175 dias de massacre na Faixa de Gaza.

Este número não inclui os 8 mil corpos que as autoridades locais de Gaza estimam estarem sob os escombros de prédios bombardeados pelas hordas israelenses.

Leia a íntegra da nota do governo brasileiro:

Novas medidas da Corte Internacional de Justiça em Gaza

O governo brasileiro saúda a adoção, em 28 de março, pela Corte Internacional de Justiça (CIJ), de novas medidas cautelares, no âmbito do processo instaurado pela África do Sul contra Israel, com base na Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio.

A Corte observou que "as catastróficas condições de vida dos palestinos na Faixa de Gaza têm-se deteriorado ainda mais, em particular diante da prolongada e generalizada privação de alimentos e outras necessidades básicas". Apontou que não há mais em Gaza apenas um risco de fome, mas, sim, fome instalada, com a morte de ao menos 31 pessoas, entre as quais 27 crianças, por mal nutrição e desidratação, conforme relatório recente do Escritório das Nações Unidas para Coordenação de Assuntos Humanitários.

A Corte reafirmou sua decisão cautelar de janeiro passado e instou Israel a adotar as medidas necessárias, em cooperação com as Nações Unidas, para garantir o fornecimento de serviços básicos e de assistência humanitária aos palestinos em Gaza, inclusive com o aumento do número de pontos de travessia terrestre. Também instou Israel a garantir que suas forças militares não violem os direitos da população palestina em Gaza, inclusive por meio de ações que impeçam o acesso à ajuda humanitária, e a apresentar, no prazo de um mês, relatório acerca da implementação das medidas indicadas.

Ao recordar o caráter vinculante das medidas provisórias da Corte, o governo brasileiro espera que possam resultar em urgente alívio humanitário para Gaza e em ambiente de diálogo político que permita um cessar-fogo definitivo, a liberação imediata de todos os reféns e a retomada de negociações para a solução de dois Estados, com um Estado da Palestina economicamente viável convivendo lado a lado com o Estado de Israel, em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas."

Já passou da hora "de rever essa concessão da Enel", afirma deputado Orlando Silva

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) afirmou na rede social que já "passa da hora de rever essa concessão" da Enel, responsável pela energia de São Paulo, por conta dos "sofrimentos e perdas" que a empresa tem causado à população.

"A incompetência e o descaso da Enel tem imposto sofrimentos e perdas à população de São Paulo e de outros lugares do país. Passa da hora de rever essa concessão. E não podemos permitir que uma Enel da água coloque as garras na Sabesp", escreveu o parlamentar em suas redes sociais.

Orlando fez a publicação comentando a fala do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, de que foi aberto um processo disciplinar contra a Enel por suas "transgressões reiteradas com a população de São Paulo", podendo levar ao encerramento da concessão.

"É um processo extremamente importante, doloroso,

mas a dor maior é da população de São Paulo, com reiteradas interrupções de serviço", disse.

No dia 18 de março, os bairros da Santa Cecília, Higienópolis, Consolação e Bela Vista sofreram com a queda da energia. Algumas partes ficaram sem energia por quatro dias. Ou mais.

"Foram mais de R\$ 300 milhões de multas aplicadas à Enel", mas empresa privada não pagou nada, informou o ministro.

A Enel tem "reiteradamente prestado um serviço de qualidade muito aquém do que determina a regulação", continuou. A empresa, segundo o ministro, "está despreparada para prestar um serviço à altura do que a população brasileira exige".

"Mais do que isso, nós queremos falar de forma clara que os contratos de distribuição feitos 10 ou 15 anos atrás foram frouxos e deram liberdade para qualidade de serviços muito aquém do que a população brasileira exige", asseverou.

Datafolha: 71% dos brasileiros consideram a democracia melhor

Para 71% dos brasileiros, a democracia é a melhor forma de governo para o Brasil, aponta pesquisa Datafolha, divulgada no sábado (30).

Enquanto 18% dos entrevistados não veem diferença e somente 9% pensam que uma ditadura pode ser melhor em certas circunstâncias.

A pesquisa, feita anualmente, revela que o apoio à democracia tem caído nos últimos anos, durante os quais o ex-presidente Jair Bolsonaro mentiu sobre as eleições e atacou os outros poderes.

Em 2022, o apoio era de 79%, passando para 74% em 2023 e

71% em 2024.

O presidente Lula determinou que seu governo não fizesse atos em referência aos 60 anos do golpe de 1964, em um esforço para não tensionar a relação com os militares.

A pesquisa Datafolha revelou que essa decisão tem o apoio de 59% da população.

33% pensam que a decisão foi errada, enquanto 8% não tem posição.

56% dos entrevistados, que não se consideram petistas e nem bolsonaristas, apoiam a decisão. 36% reprovam o veto.

A pesquisa ouviu 2.002 pessoas em 147 cidades, durante os dias 19 e 20 de março.

Tarcísio quer se desfazer de uma empresa de excelência

Lucro recorde da Sabesp comprova que não há justificativa para entregar a maior companhia de saneamento da América Latina à iniciativa privada

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) fechou o quarto trimestre de 2023 com lucro líquido de R\$ 1,186 bilhão. A alta é de 84,7% em relação ao mesmo período de 2022. No total, durante todo o ano de 2023, a estatal lucrou R\$ 3,523 bilhões, o que representa um avanço de 12,9% em relação ao ano anterior. No ano passado, a receita total da companhia foi de R\$ 25,568 bilhões, 15,9% acima de 2022.

Os números apresentados pela companhia ocorrem no momento em que o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) avança no projeto de privatização da Sabesp. Porém, o desempenho positivo conquistado pela estatal reforça os argumentos contrários à sua transferência à iniciativa privada.

“Esses resultados financeiros positivos só reforçam os argumentos do Sintaema contra a privatização da empresa, que além de possuir um papel social estratégico, produz ciência, tecnologia e um trabalho de excelência reconhecido e que posiciona a Sabesp como uma das maiores empresas de saneamento do mundo”, publicou em sua página na internet o Sintaema – Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Para a entidade, “não restam dúvidas de que a Sabesp

[...] reúne todos os requisitos necessários não só para universalizar os serviços de água e esgoto no estado e ser a empresa garantidora do serviço de água e esgoto em todos os municípios do estado, como também para garantir uma política de desenvolvimento com preservação do meio ambiente e o fortalecimento da saúde e bem-estar da população”.

O informe sobre o balanço da Sabesp fez disparar o valor das suas ações no Ibovespa na manhã de sexta-feira (22) – um dia depois da divulgação dos números pela companhia. A alta foi de 3,76%, com os papéis cotados a R\$ 81,70, o que impulsiona a cobiça do mercado pelo controle acionário da companhia.

No Estado de São Paulo, a empresa mantém contrato com 375 municípios, e atende a cerca de 30 milhões de pessoas. Desses, 365 estão organizados na Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário (Urae), que terá o papel de firmar um contrato único entre a estatal e as cidades.

Na quinta-feira (21), a Câmara Municipal de São Paulo aprovou o texto enviado pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB) que autoriza a venda da companhia. O documento ainda deve passar pela Comissão de Constituição e Justiça para ir a plenário.

Prefeitura demite médicos, corta verba de combate à dengue e pede “paciência” a paulistanos

Em meio a uma crise acentuada de casos de dengue na capital paulista, os hospitais públicos municipais enfrentam uma situação aguda de superlotação, enquanto o prefeito, Ricardo Nunes (MDB) corta pela metade a verba de combate à doença e o serviço público opera 2024 com 521 médicos a menos do que no ano passado.

A superlotação dos hospitais foi registrada por diversas reportagens do SPTV, da Rede Globo, que flagrou vários problemas nos hospitais do Tatuapé – o maior da rede municipal de saúde e Campo Limpo, na zona sul.

Além da superlotação, esses hospitais enfrentam problemas de infraestrutura como elevadores interditados, falta de medicamentos e material de apoio para pacientes e familiares acompanhantes.

Relatos ouvidos pela TV Globo dão conta de que as famílias têm comprado material para poder ofertar aos entes internados no Hospital do Tatuapé, por exemplo. O motorista Fábio da Silva Caruzo tem a mãe de 61 anos internada na unidade desde 13 de março.

Quem comprou os remédios usados por ela no hospital foi o irmão dele. Ela é diabética e estava com um pequeno machucado no dedo do pé. Agora já está quase perdendo o pé por causa dos ferimentos.

“Você conversa com um, com outro [no hospital], pede informação. E eles dizem que você tem que vir no horário da visita, das 15h30 às 16h30. Ai o médico vai passar aqui, conversa com vocês e explica como tá a situação. Chega na hora da visita não aparece o médico. Você tem que ir pro oitavo andar. Sob o 8º andar e chega lá não tem ninguém que possa dar explicação. Fica a Deus dar e ninguém sabe o que fazer”, disse o motorista.

No Hospital Municipal Carmen Prudente, administrado pela organização social Santa Marcelina, em Cidade Tiradentes, a situação não é diferente. A unidade é um hospital para casos de média complexidade de portas abertas. Atende 17 mil pessoas no pronto-socorro e tem 245 leitos.

O hospital tem macas para todos os lados, até na frente dos elevadores. Na enfermaria, é uma maca colada na outra, sem qualquer privacidade. Quem está nos corredores não tem como ter acompanhantes e a alimentação, invariavelmente, fica nas cadeiras porque não há quem dê apoio para o paciente se alimentar.

Dados levantados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo mostram que a capital perdeu 521 médicos nos hospitais

municipais entre 2022 e 2023. Se em 2022 havia 10.382 médicos, no ano passado, este efetivo caiu para 9.861. Uma queda de 5%.

O secretário municipal de Saúde, Luiz Carlos Zamarco, ainda pediu nesta terça-feira (26) que a população tenha “um pouquinho de paciência” para enfrentar as longas filas de espera para atendimento.

“Nós pedimos um pouquinho de paciência para a população. Mas o importante é que nenhum paciente no município de São Paulo fica sem atendimento. Todos que chegam em qualquer serviço de saúde, ele vai ser atendido. O médico vai atender, ele vai receber a medicação que precisa e ter o diagnóstico que ele precisa”, disse Zamarco.

O Ministério Público de São Paulo atuou a Prefeitura de São Paulo por má gestão de dinheiro público na vigilância epidemiológica após uma representação assinada deputado estadual Carlos Giannazi (PSol) e pelo vereador Celso Giannazi (Psol). A Prefeitura cortou os investimentos contra doenças como a dengue caíram quase que pela metade de 2021 a 2023.

De acordo com a representação, quando Ricardo Nunes assumiu a prefeitura de São Paulo, após a morte de Bruno Covas, em 2021, a verba da prefeitura paulistana para a vigilância epidemiológica era de R\$ 483,9 mil. Um ano depois, caiu para R\$ 435 mil (queda de quase 10%). Em 2023, o valor caiu 42% em relação a 2022, para exatos R\$ 249.696 mil.

A representação pede que o MPSP instaure um inquérito para investigar a atuação da prefeitura de São Paulo no combate à dengue. Também pede que a Procuradoria estadual obrigue o prefeito Ricardo Nunes a adotar um plano emergencial contra a doença na capital paulista.

A capital paulista já soma 49.721 casos de dengue, de acordo com a própria prefeitura. Segundo os irmãos Giannazi, a queda de investimento pode estar diretamente ligada ao boom de casos da doença neste ano. Os valores de 2024 ainda não foram computados pelo sistema da prefeitura.

Integrantes da campanha de Nunes à reeleição argumentam que a queda de gastos com vigilância epidemiológica se dá pelo recrudescimento da pandemia de covid-19 e que não faria sentido manter os investimentos naquele patamar.

Já a prefeitura de São Paulo alega que os dados estão equivocados e os investimentos contra a dengue, na verdade, representam um recorde desde 2015.



Sabesp fechou o quarto trimestre de 2023 com um lucro líquido de R\$ 1,186 bilhão. A alta é de 84,7% em relação ao mesmo período de 2022

Cúmplice do assassinato de Marielle questiona se delegado Daniel Rosa foi preso junto a mandantes

Maxwell Corrêa, conhecido como Suel, apontado como um dos cúmplices dos milicianos Ronnie Lessa e Elcio Queiroz, falou sobre o envolvimento de mais um delegado no assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes.

A citação ao delegado Daniel Rosa, ex-chefe da Delegacia de Homicídios do Rio de Janeiro, foi realizada durante uma audiência da Vara de Investigação de Organizações Criminosas do Tribunal de Justiça do Rio. Suel participava da audiência, de forma virtual, junto a Lessa e Queiroz, quando sua esposa solicitou ao juiz que pudesse conversar com ele.

Segundo o jornalista Lauro Jardim, do jornal ‘O Globo’, o juiz autorizou que Aline e Maxwell conversassem por 15 minutos, antes da audiência, desde que todos ouvissem o diálogo.

“Teve uma operação da PF no domingo”, afirmou Aline.

“Prenderam quem?”, questiona Maxwell.

“O Brazão, o Chiquinho e o delegado Rivaldo”, afirma Aline.

Suel quis saber mais e perguntou: “E o delegado Daniel Rosa?”.

Esse não”, informou Aline.

“Então ele fugiu, né?”, responde Suel.

Com a menção ao delegado Daniel Rosa, que, inclusive, chefiou a Delegacia de Homicídios durante parte das investigações do assassinato de Marielle e Anderson, o juiz decidiu encerrar a conversa imediatamente.



Miliciano Suel questionou se delegado foi preso

ido no relatório da Polícia Federal que embasou as prisões recentes.

Na Câmara, a decisão sobre a manutenção da prisão de Chiquinho Brazão segue sem data definida, após deputados bolsionistas pedirem vista na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Já Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, deverá ser demitido após o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) pedir seu impeachment.

Rivaldo Barbosa segue preso. Todos negam envolvimento.

Maxwell foi citado pelo ex-PM Elcio de Queiroz em delação premiada com a Polícia Federal e com o MP-RJ, ocasião em que deu detalhes do atentado. Elcio segue preso desde 2019, assim como o ex-policia reformado Ronnie

Lessa, denunciado pelo Grupo de Atuação Especializada de Combate ao Crime Organizado (GAECO/MP-RJ) como executor.

Na delação, Elcio confessou que dirigiu o carro usado no ataque e confirmou que Ronnie Lessa fez os disparos. Maxwell teria ajudado a monitorar os passos de Marielle e participado, um dia após o crime, da troca de placas do veículo Cobalt, usado no assassinato, se desfeito das cápsulas e munições usadas, assim como providenciado o posterior desmanche do carro.

No último dia 10, a Justiça do Rio de Janeiro iniciou a audiência de instrução e julgamento de Suel. Ele está preso desde julho e foi denunciado pelos crimes de homicídio e receptação por envolvimento na morte de Marielle e Andersson.



Combate ao fogo comprometido

Ibama tem corte de 19% na verba de combate a incêndios, na véspera do início das queimadas

Os recursos de fiscalização e combate a incêndios do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), foram cortados em 19%. Os servidores do órgão estão a três meses sem chegar a um acordo com o governo federal, onde cobram reestruturação da carreira, melhores condições de trabalho e novo concurso. No entanto, o governo federal decidiu fazer cortes pesados de orçamento em ações cruciais de fiscalização ambiental, as quais ajudaram a derrubar os níveis de desmatamento na Amazônia no ano passado.

Segundo os dados levantados pelo portal Agência Pública, apontam que os recursos do Ibama previstos neste ano para serem usados, especificamente, na prevenção e controle do desmatamento e de incêndios florestais sofreram agora em março uma redução de 19,6%, em meio aos bloqueios gerais feitos no orçamento federal.

Dos R\$ 62,5 milhões previstos inicialmente para serem aplicados nessas ações, foram cortados R\$ 12,3 milhões. Restaram, portanto, R\$ 50,2 milhões para lidar com incêndios e combate ao desmatamento, quando o valor ideal estimado internamente pelo próprio Ibama seria de R\$ 120 milhões.

O arrocho nos valores destinados ao controle do desmatamento e incêndios florestais fica mais evidente quando comparados a anos anteriores. Em 2023, ano em que, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), os alertas de desmatamento na Amazônia caíram 49,9%, o Ibama aplicou R\$ 89,3 milhões nessas ações, ou seja, 70% a mais do que pretende gastar neste ano.

A cifra atual chega a ser menor, inclusive, que a liberada para essas mesmas ações em 2021 e 2022, quando as operações tiveram orçamento disponível de R\$ 57,3 milhões e R\$ 60 milhões, respectivamente, conforme os dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop).

A medida ocorre no momento em que se aproxima o período de seca para a maior parte dos estados da Amazônia Legal (entre maio e novembro). Se considerada a redução geral de orçamento realizada em todas as áreas do órgão federal, o Ibama viu seu caixa cair de R\$ 611 milhões previstos originalmente, para os R\$ 559 milhões atuais, uma queda de R\$ 51,8 milhões (8,5%).

Entre especialistas em meio ambiente e servidores do Ibama, a avaliação é de que o governo, depois de ter colhido bons resultados no ano passado, corre agora o risco de ver seus indicadores piorarem em meio ao corte generalizado do orçamento, mas principalmente pela falta de um acordo trabalhista com os servidores ambientais.

O impasse que envolve a reestruturação da carreira e pedido de reajuste salarial desses profissionais completa três meses neste fim de março, sem que haja uma sinalização efetiva de entendimento. Já se fala, inclusive, na possibilidade de uma “operação padrão” atual descambar para uma paralisação generalizada no setor.

IMPACTOS

O Ibama tem mantido algumas operações mais urgentes em campo, como acontece no combate a incêndios em Roraima, mas muitas ações previstas pelo órgão ambiental estão completamente paralisadas.

Eles pedem também medidas para diminuir a diferença salarial entre cargos de diferentes níveis de escolaridade (auxiliar, médio e superior) e a incorporação de uma gratificação por atividade de risco (GAR). Várias reuniões já foram realizadas, mas ainda não se chegou a um acordo.

“As medidas são imprescindíveis para promover a valorização da política ambiental federal, para reter servidores qualificados nesses órgãos públicos e para conter a evasão funcional. Até o momento, a proposta inicialmente apresentada pelo governo foi recusada pela categoria por unanimidade, uma vez que é muito distante do reivindicado e das prioridades apontadas”, afirmou à reportagem a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef).

A Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema Nacional) declarou que ainda espera uma nova sinalização do governo. “Temos a expectativa de que o governo possa dar uma resposta à altura do que tem sido feito a respeito da retomada da governança ambiental, de diversos programas ambientais e a reconstrução das políticas públicas”, afirmou.

“Vimos a diminuição do desmatamento, o combate ao garimpo ilegal e diversas atividades que o governo retomou, graças também ao empenho dos servidores. Esperamos que o governo possa, minimamente, demonstrar que está valorizando os servidores ambientais”, complementou a entidade.

O Ibama, que hoje tem 2.900 servidores, tem cerca de mil funcionários previstos para se aposentar até 2026. O governo prometeu realizar concurso público no ano passado, para renovar o quadro, mas nada aconteceu, nem há previsão para isso.

Brasileiras brilham na etapa da Copa do Mundo de Ginástica na Turquia

Em uma bela atuação a pouco menos de quatro meses da Olimpíada de Paris, a Ginástica Artística do Brasil subiu quatro vezes ao pódio neste domingo (31), com um ouro e três pratas, na etapa da Copa do Mundo, em Antalya (Turquia).

A ginasta Jade Barbosa foi campeã no solo, após apresentar uma série ao som da canção de Britney Spears. Também houve chuva de pratas com Rebeca Andrade, nas barras assimétricas, Flávia Saraiva, na trave e Diogo Soares na barra fixa.

A competição vale pontos na corrida por vaga olímpica nos Jogos de Paris. Até o momento, apenas Diogo Soares e a equipe brasileira feminina, sendo Rebeca Andrade, Flávia Saraiva, Jade Barbosa, Lorrane Oliveira e Júlia Soares têm presença garantida nos Jogos.

No último dia de competições, Jade arrebatou o público em Antalya, ao garantir o ouro na apre-



sentação no solo, com nota 13,833. As francesas Morgane Osysek-Remmer (13.667) e Mélanie de Jesus Santos (13.600) ficaram, respectivamente, com a prata e o bronze.

Antes, a campeã olímpica no salto, Rebeca Andrade se destacou nas barras assimétricas. A ginasta conquistou a prata com a nota 14,067, ficando atrás da francesa Mélanie de Jesus dos Santos (14.567), que levou o ouro. O bronze ficou com a britânica Georgia-Mae Fenton (13.767). A ginasta Lorrane Oliveira

também disputou a final, mas ficou fora do pódio com a nota 13,600.

Flávia Saraiva também brilhou com prata na trave, com a nota 14.000. A campeã foi a chinesa Sun Xinyi (14.267) e a taiwanesa Yang Ko-Wen (13.300) levou o bronze.

Já com a vaga carimbada para Paris 2024, o paulista Diogo Soares foi vice-campeão nas barras fixas ao obter a nota 13.800. O ouro ficou com o espanhol Joel Plata (14.000) e o bronze com o turco Mert Efe Kilicer (13.700).

Revisão do INSS: Para STF, solução é espremer mais os aposentados



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Cláudio Fonseca, presidente do Sinpeem
Servidores encerram greve em São Paulo e denunciam “desrespeito” da Prefeitura com a Educação

Os servidores da rede municipal de ensino da capital paulista decidiram, em assembleia nesta quinta-feira (28), encerrar a greve iniciada no dia 8 de março. A decisão foi tomada após a Câmara de Vereadores ter aprovado o Projeto de Lei 115, enviado pelo prefeito Ricardo Nunes (PSD), que estabelece um índice de reajuste de 2,16%, considerado “desrespeitoso” pela categoria e que não repõe sequer a inflação.

Na avaliação do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem), a mobilização dos servidores foi vitoriosa, pois impediu retrocessos ainda mais graves à categoria, como a remuneração por subsídio, que elimina direitos como quinquênios, sexta parte, enquadramentos por evolução funcional, promoção e progressão. A categoria também garantiu o pagamento dos dias parados durante a greve.

“Com a nossa luta conseguimos impedir a implementação do regime de subsídio para os docentes, gestores e o Quadro de Apoio”, diz a entidade, destacando que “defendemos a escola pública, laica e de qualidade para todos, em todos os níveis e modalidades de ensino. Reivindicamos respeito com os profissionais de educação, com valorização salarial e profissional, fim do confisco previdenciário; saúde e segurança para todos”, diz nota do Sinpeem.

A categoria afirma que se manterá mobilizada pela diminuição da alíquota da contribuição previdenciária, de 14% para 11% e em repúdio à política de desvalorização salarial da Prefeitura. “Com a publicação desta lei, o governo Nunes evidencia o total descaço e desrespeito com os serviços públicos e os servidores municipais. Também deixa claro que a educação não é prioridade, apesar de a categoria enfrentar em seu dia a dia sérios problemas, com condições de trabalho precárias, salas superlotadas, módulos de docentes e do Quadro de Apoio defasados e falta de segurança nas escolas. Fatores que têm levado os profissionais de educação ao adoecimento”.

Durante o movimento, os servidores reivindicaram também o avanço das pautas apresentadas em negociações com as Secretarias de Educação e de Gestão, como a criação de programa para professores aposentados, iniciativas de saúde mental, além de ações de segurança nas escolas e educação inclusiva.

“A luta continua pelo cumprimento do protocolo de negociação, pela incorporação dos abonos complementares de piso e pelo atendimento a todos os itens da pauta de reivindicações dos profissionais de educação”, convoca ainda o sindicato. Além do Sinpeem, a paralisação foi organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Unidades de Educação Infantil da Rede Direta e Autárquica do Município de São Paulo (Sedin) e pelo Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo (Sinesp).

Servidores federais cobram retomada imediata de negociação e reafirmam: “Congelamento salarial é inaceitável”

Em meio à grande mobilização dos servidores públicos federais contra a proposta de reajuste zero do governo para 2024, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasef) protocolou junto ao Ministério da Gestão e Inovação (MGI) ofício em que pede a imediata retomada das negociações sobre o reajuste e reestruturação de carreira dos servidores estatutários.

Sem perspectiva de acordo, o governo federal está propondo que a próxima reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente aconteça em maio, mas o Fórum pede que o encontro seja adiantado para a primeira quinzena de abril.

O ministério solicitou às entidades mais tempo para avaliar as reivindicações da categoria, afirmando que o atendimento das solicitações está condicionado à “divulgação do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, cuja expectativa é determinante para a tomada de decisão do governo”.

Na avaliação das en-

tidades sindicais, no entanto, a arrecadação tem apresentado números positivos, indicando uma perspectiva financeira favorável.

“De acordo com os dados da execução orçamentária, os quais fornecem a confirmação da arrecadação superior na previsão orçamentária do governo brasileiro e sabendo da iminência, neste momento, da definição de como será utilizado esse dinheiro, nós do Fonasef, como parte interessada, solicitamos a essa Secretaria, que seja convocada, para a primeira quinzena de abril uma reunião extraordinária da Mesa Nacional de Negociação Permanente”, afirma o ofício da entidade protocolado na quarta-feira (20).

“Em tempo, adiantamos ser inaceitável o congelamento dos salários de uma categoria de trabalhadores (as) que nos últimos anos assistiram seus salários serem congelados por governos que pretendiam destruir o serviço público. Não aceitaremos 0% de reajuste em 2024”, afirma o documento.



Supremo derrubou direito de aposentado solicitar revisão de cálculo no INSS



Instituto aciona Supremo para assegurar a aposentados direito à revisão da vida toda

O Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev) apresentou, nesta quarta-feira (27), uma questão de ordem ao Supremo Tribunal Federal (STF) para restringir a validade da decisão que derrubou a “revisão da vida toda” nas aposentadorias.

Na última quinta-feira (21), a Suprema Corte mudou seu entendimento de 2022, retirando o direito do aposentado de incluir, para fins de cálculos da sua aposentadoria, as contribuições anteriores à reforma de 1994.

O objetivo do Ieprev é limitar os efeitos do jul-

gamento para resguardar o direito aos aposentados que já ingressaram com ações na Justiça até a data de publicação do acórdão. O Instituto argumenta que a primeira decisão do Supremo, a favor da revisão, representa aquilo “que as melhores doutrinas denominam de ‘direito ao melhor benefício’, não se admitindo a aplicação da regra de transição quando esta for prejudicial (aplicando-se, por derradeiro, a regra permanente e mais benéfica)”.

O recurso contra a decisão do STF que permitiu o recálculo, apresentado pelo Instituto Nacional do Segu-

ro Social (INSS), voltará ao plenário da Corte em 3 de abril, quando deve ser definida a chamada “modulação de efeitos” da decisão de dezembro de 2022.

Há uma expectativa de que o PDT, partido que é parte em uma das ações julgadas pelo STF, apresente um recurso contrário à decisão da Corte que invalidou a revisão da vida toda.

A mudança de posição do STF está sendo repudiada por advogados trabalhistas, e entidades dos aposentados, que denunciaram a medida como uma “manobra rasteira” contra os aposentados.

“Decisão foi manobra rasteira contra aposentados”

A Federação das Associações e Departamentos de Aposentados, Pensionista e Idosos do Estado de São Paulo (Fapesp) é mais uma entidade a se posicionar com indignação à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que votou contra os aposentados, derrubando o direito à revisão da vida toda, aprovada pelo próprio STF em 2022.

De acordo com o presidente da Federação, Antônio Alves da Silva, “o STF derrubou a revisão por meio de uma manobra jurídica injusta, rasteira e revoltante”.

Em nota assinada por Antônio Alves, a entidade questiona: “Justiça para quem?”. “O STF derrotando o próprio STF, sem coerência nenhuma. Dão direito aos aposentados e eles mesmos tiram. Que justiça é essa? Justiça contra o seu povo, contra os aposentados? O STF está a serviço do governo ou da justiça?”, pergunta.

Segundo a entidade, “o governo e o Supremo, que dizem trabalhar para o povo, se voltam contra com a justificativa de rombo nas contas públicas, mas, para a liberação de emendas parlamentares para

aprovar projetos a favor do governo, verbas extras, liberar fundo eleitoral, há sempre dinheiro disponível”, diz o sindicalista.

“Esse dinheiro público é por direito e justiça dos aposentados que trabalharam e contribuíram toda a vida laboral para a construção desse país”, afirma.

Chamando de “absurdo o descaso” com que os aposentados estão sendo tratados, Antônio Alves faz um clamor para que as diversas entidades de aposentados e pensionistas se unam em repúdio à decisão.

Pela regra de transição em vez de R\$ 1.493, caso fossem consideradas as contribuições anteriores a julho de 1994, o valor da aposentadoria seria de R\$ 1.823, um total de R\$ 330 a mais no bolso do aposentado

O STF, já com as nomeações de Lula, derrubou por 7 a 4, na quinta-feira, dia 21, duas ADI’s (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) e referendou o art.3º da Lei 9876/99, que tira do trabalhador a possibilidade de optar por um cálculo menos desvantajoso para sua aposentadoria, incluindo, para tanto, os salários anteriores ao Plano Real. O artigo define que segurados filiados à Previdência Social até a data de edição da lei de 1999 teriam a aposentadoria calculada com base nas contribuições apenas a partir de julho de 1994. A regra prejudicou aqueles que tiveram suas maiores contribuições antes de 1994, recebendo benefícios menores do que teriam direito.

Ao referendar o artigo, o Supremo muda sua própria posição, invalidando a revisão da vida toda, que corrige essa distorção da lei. A revisão foi aprovada pela maioria dos ministros do STF (6 votos a 5), em dezembro de 2022. Agora, o STF reviu para baixo uma decisão já pacificada pelo próprio tribunal desde dezembro de 2022. Portanto, a famosa “segurança jurídica” só vale para os especuladores internos ou estranhos, isto é, alienígenas. Para os trabalhadores, ela não existe. Uma decisão tomada hoje, pode ser quebrada amanhã. Aliás, como podemos ver pelo caso, essa é a regra seguida no STF.

Os aposentados já ganharam duas vezes, em plenário e em instâncias superiores, e o tema já estava pacificado. Ai, desenterram as duas

ADI’s — que não tratam da Revisão da Vida Toda —, e, por meio dessas, ao derrubá-las, conseguiram anular o julgamento. Como disseram alguns advogados, usaram as ADI como se fossem — e não são — embargos infringentes (ou seja, como recursos cabíveis quando uma decisão não é unânime).

O Douto colegiado, esculhambado, invadido e insultado pelas hordas fascistas de Bolsonaro no fatídico 8 de janeiro, está sem pé na realidade. Falta apenas oferecer brioche ao povo, como fez a ilustre Maria Antonieta, rainha de França, antes de ir parar na guilhotina. Afinal de contas, é muita superveniência aos bancos, espremer mais do que já foram espremidos os aposentados para engordar o pagamento de centenas de bilhões de reais de juros da dívida pública.

Os fatos são atemorizadores. Metade da população economicamente ativa já foi colocada para fora da Previdência Pública. A desoneração dos descontos da folha de pagamentos para a Previdência já chega a 450 bilhões/ano em 17 setores, de grandes empresas, sem nenhuma contrapartida.

Porém, pelo visto, Haddad não consegue pensar em outra coisa. Foi o responsável por essa manobra cruel. Apavorou os meritíssimos com números lunáticos. O rombo, chutou, seria de 480 bilhões. Está mais para 4 bilhões. Ir na do Haddad é mau negócio. Além do que, ele é ruim de voto. Só que em 2026 tem eleição. Depois, não adianta chorar.

CARLOS PEREIRA

Docentes das universidades federais aprovam greve contra reajuste zero

Os professores das universidades federais aprovaram indicativo de greve para o próximo dia 15 de abril. A deliberação foi aprovada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) e seguiu para avaliação dos sindicatos das instituições, que vêm referendando a decisão em assembleias locais.

Assembleias na Universidade de Brasília (UnB), Universidades Federais do Ceará, Espírito Santo, Sergipe, Juiz de Fora, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, entre outras instituições, já aprovaram a greve, que se unifica com a dos funcionários técnico-administrativos, paralisados desde o dia 11.

De acordo com o Sindicato, a decisão dos professores federais é consequência da “falta de avanço nas tentativas de negociação com o governo” em relação às pautas centrais da categoria, como recomposição salarial e reestruturação da carreira. Desde o final do ano passado, o governo não avançou nas propostas de reposição salarial, mantendo o reajuste zero para 2024.

“Ninguém faz greve porque gosta ou por princípio, fazemos greve por necessidade e nas atuais circunstâncias, diante do que é o silêncio do governo federal, ao não nos colocar qualquer espécie de índice de recomposição da nossa remuneração para esse ano e uma fratura violenta com os princípios que erigem a luta histórica desse sindicato, sobretudo no que se refere a necessidade de termos a paridade do que são as conquistas dos trabalhadores e das trabalhadoras ativos e os aposentados e aposentadas”, afirmou o presidente do Andes-SN, Gustavo Seferian.

Para Eliene Novaes, presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB), que falou do descaso durante as negociações nos últimos meses e o impacto da defasagem salarial na vida dos docentes, a ausência

de proposição de reajuste salarial para 2024 motivou a categoria à construção da greve. “Na última reunião de negociação que aconteceu em fevereiro o governo disse que ainda não tinha condição de dar nenhum aceno de reposição salarial para 2024, porque precisava do fechamento das contas para discutir a possibilidade na reposição, sem dizer valor e que isso só poderia ser debatido em maio”, declara.

“Todo esse caldo, toda essa pauta que nós estamos construindo, e que faz parte dos embates diretos que resvalam nas nossas pautas de locais, veio à tona nas assembleias e a base disse: ‘É greve!’. É greve do setor da Educação. É greve para lutarmos pelas nossas pautas centrais nacionalmente, e também nos nossos locais de trabalho. Por isso, é fundamental que esse mês de abril seja um mês de muita luta e de muita mobilização”, ressaltou Helga Martins, diretora do Andes-SN.

Gilson Ditzel, diretor-geral da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) ressaltou que a categoria está reivindicando a recomposição da inflação de perdas salariais de governos anteriores e reconhece a legitimidade das reivindicações por melhorias nas condições de trabalho e reestruturação das carreiras dos cargos docente e técnico-administrativo. “Entendemos as pautas, que são legítimas e que são amparadas pelo direito de greve”, afirma.

O calendário definido pelos docentes prevê assembleias de base até o dia 9 de abril, com a deflagração da greve nacional no dia 15. A mobilização dos servidores da Educação reforça a pressão geral dos servidores contra o congelamento salarial e se soma a outros setores já em movimento de paralisação ou “operação-padrão”, como os auditores-fiscais do trabalho, auditores-fiscais agropecuários e funcionários do Ibama.





Depravação filmada pelos próprios soldados Degenerados: soldados israelenses fazem vídeos com calcinhas de vítimas

Vídeos que viralizam em Israel, em uma manifestação inequívoca de a que ponto vem chegando a desumanização dentro da população israelense, em meio ao genocídio perpetrado contra os palestinos em Gaza, mostram soldados israelenses segundo a Reuters, em postagens que eles próprios fizeram, “brincando com calcinhas e outras peças de roupas íntimas” que encontraram “em casas abandonadas em territórios palestinos”.

Um dos vídeos teve 500 mil visualizações. A propósito: “Brincando”, seria essa uma caracterização adequada do que está descrito pela própria Reuters?

Tais postagens, registra a agência de notícias britânica, incluem: um vídeo de um soldado israelense “levando uma calcinha perto do rosto de um colega que finge dormir em um sofá”; a foto de um soldado israelense “segurando um manequim feminino por trás, com as mãos dele nos seios da boneca”; um soldado israelense “posando com a arma fazendo um gesto com o dedão levantado em frente a uma cama onde há roupas íntimas de mulheres”; e um soldado israelense “manuseando uma boneca infantil seminaua”.

REPOSTAGEM DE TIRAWI

A óbvia depravação chegou às manchetes após tais vídeos serem denunciados em público, repostados pelo jornalista palestino Younis Tirawi.

Ele publicou as imagens entre os dias 23 de fevereiro e 1º de março, enviando os links das publicações originais de soldados das Forças de Defesa de Israel.

A autenticidade de oito publicações no Instagram ou no YouTube foram confirmadas pela Reuters.

Ao ser acionado pela agência britânica, que lhe enviou as escabrosas imagens, o exército colonial israelense asseverou que os incidentes que “se desviam das ordens e valores esperados de soldados do país” seriam “investigados”.

AIDF admitiu que “em alguns dos casos examinados concluiu-se que o comportamento dos soldados no vídeo não é apropriado”.

A Reuters registrou que identificou alguns dos soldados que aparecem nas imagens, mas eles não responderam os pedidos de entrevista.

Possivelmente, contribuíram para esse ânimo entre a soldadesca israelense declarações emanadas dos mais altos escalões do exército e do governo israelenses classificando os palestinos de “animais humanos” e as acusações não provadas de atrocidades, inclusive de natureza sexual, no 7 de outubro, quando os palestinos romperam os muros do que é a “maior prisão a céu aberto do mundo”, depois de 57 anos de “ocupação sufocante”.

À LUZ DE FRANTZ FANON

A mesma questão foi analisada pelo Middle East Eye, em artigo de Shereen Hindawi-Wyatt, que examina “o que a exibição de lingerie feminina palestina por soldados israelenses revela sobre a psique sionista”.

Buscando compreender o que se passa, Shereen cita um estudo de caso de Frantz Fanon, em Os Condenados da Terra, em meio à guerra de libertação da Argélia, em que um inspetor de polícia europeu decide consultar um psiquiatra quando a brutalidade que ele perpetrava por trás das portas bem fechadas das salas de interrogatório começa a inundar incontrolavelmente sua vida doméstica.

Ele reclama com Fanon sobre suas agressões cada vez mais frequentes contra sua própria esposa e três filhos, chegando a amarrar sua esposa a uma cadeira como suas vítimas argelinas.

Embora o inspetor saiba que seus pesadelos e comportamentos violentos são resultado direto de sua profissão, ele diz que não tem intenção de deixar a força policial. Em vez disso, ele pede a Fanon para ajudá-lo a continuar torturando argelinos sem sentir ou revelar os impactos psicológicos destrutivos em casa.

“Não posso deixar de pensar neste estudo de caso da Argélia colonizada ao ver as imagens e vídeos depravados que os membros das forças israelenses partilham orgulhosamente nas redes sociais hoje”, observou Shereen.

GENOCÍDIO PREJUDICA PSIQUE

“Em particular, a tendência de soldados homens se documentarem saqueando, vasculhando e fantasiando sobre a lingerie das mulheres palestinas é sugestiva dos impactos destrutivos do genocídio de palestinos na psique dos israelenses que o perpetraram”, ela destaca.

Ela registra que em “um dos inúmeros vídeos perversos, um soldado israelense se filma invadindo o quarto de uma mulher palestina, onde buracos de bala perfuram a parede, uma cama quebrada é revidada e pertences abandonados se espalham pelo chão. Enquanto vasculha o armário da mulher e exhibe sua lingerie, o soldado comenta com desprezo em hebraico: ‘Eu sempre disse que as árabes são as maiores prostitutas que existem’”.

“Esse comentário, juntamente com as ações intrusivas do soldado, são sintomáticos de uma psique que foi severamente prejudicada por sua participação na violência colono-colonial”, sublinha a autora.

“Ele recorre à misoginia e ao racismo antiárabe para justificar as atrocidades da ocupação. Embora não os nomeie, os crimes do soldado gritam do caos do quarto da mulher e sugerem uma tentativa de fazer o que o paciente de Fanon, o inspetor da polícia europeia, reclamou que não conseguiu: torturar sem remorso”.

O SOLDADO SIMON

Em um vídeo “igualmente invasivo no Instagram”, ela cita o soldado israelense britânico Levi Simon, que se filma “alegremente invadindo uma casa esvaziada em Gaza, sem nunca revelar o destino dos palestinos que viviam lá”.

Simon “corajosamente alcança uma cômoda e pega punhos de roupas íntimas femininas, afirmando: ‘Em todas as casas em Gaza, isso é o que eu vejo. Duas ou três gavetas recheadas com a lingerie mais exótica que você pode imaginar’”.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Papa pede imediato cessar-fogo na Faixa de Gaza: “Esta guerra é um absurdo”



Papa Francisco acena para uma multidão, diante da Basílica de São Pedro

Bassirou Faye, do partido Patriotas do Senegal, se elege com uma plataforma anticolonialista

Bassirou Diomaye Faye venceu as eleições presidenciais prometendo desvincular a moeda senegalesa do euro e fazer com que o país se aproprie de seus recursos naturais em apoio ao desenvolvimento nacional, a ser promovido principalmente pelo Estado.

O Conselho Constitucional confirmou, nesta sexta-feira, 29, a vitória de Bassirou Diomaye Faye nas eleições presidenciais. Com a vitória do candidato do partido Pastef – Patriotas Africanos do Senegal para o Trabalho, Ética e Fraternidade, Faye, de 44 anos, assumirá a Presidência no país africano no lugar de Macky Sall, no poder há 12 anos.

Faye, que estava preso até 15 dias antes das eleições, teve mais de 54% dos votos em um pleito com a participação de mais de 70% dos eleitores aptos a votar.

A candidatura de Faye cresceu quando o líder do Pastef, preso e proibido de se candidatar, Ousmane Sonko, o apontou com seu candidato.

A campanha adotou a consigna “Ousmane é Diomaye”.

Amadou Ba, candidato escolhido pelo atual presidente, ficou em Segundo lugar com apenas 35% dos votos.

De acordo com a plataforma apresentada pelo Pastef, o candidato eleito se propõe a desvincular a moeda local, o franco CFA,



Vitório, Faye estava preso até 15 dias antes do pleito

de seu atrelamento ao euro, uma moeda que tem até as cédulas emitidas pela França.

Os vitoriosos nas eleições aderem aos ideais pan-africanos dos líderes que encabeçaram a luta anticolonial por todo o continente e se propõem à luta pela soberania do país (por meio da recuperação das riquezas nacionais, da industrialização e da recuperação da infraestrutura); a se engajarem no combate contra a desigualdade (conquista a ser alcançada por meio de serviços públicos universais de qualidade); no esforço pela garantia de trabalho de forma digna e abrangente.

Também defenderam durante a campanha uma reforma política, que estabeleça formas de controle popular sobre o poder.

Entre os meios de alcançar aquilo que seu projeto propõe, estão o fortalecimento do Estado (“e de seu papel primordial no desen-

volvimento econômico e social”), uma reforma agrária camponesa.

O candidato Ousmane foi desqualificado por ser condenado por “difamação”. Já Faye apesar de preso desde abril e acusado de afrontar o judiciário, difamação e atos que “poderiam perturbar a paz pública”, pode concorrer pois ainda não havia sido condenado.

Depois de solto teve 15 dias para correr o país e levar multidões a saírem às ruas em apoio a sua candidatura.

A vitória de Faye, considerada um verdadeiro levante contra a submissão do Senegal aos ditames e interesses da potência que o colonizava, a França, dá sequência a movimentos que fazem a África se voltar às origens do movimento de libertação anticolonialista que tem varrido com revoltas outros países africanos a exemplo do Níger, Burkina Fasso e Mali.

Servidores argentinos protestam contra arrocho e fechamento de instituições públicas por Milei

Convocados pela Associação dos Trabalhadores do Estado (ATE) da Argentina, milhares de servidores tomaram as ruas nesta terça-feira (26) para repudiar a política de desmonte aplicada por Milei que, entre outros descabimentos, anunciou o aprofundamento do arrocho salarial para os trabalhadores da ativa e a intenção de fechar organizações-chave de atendimento à população carente.

Com o intuito de tornar clara sua aversão a qualquer programa popular que identifique como “Kirchnerista”, o governo anunciou que passará a chave no Instituto de Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena, no Instituto contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo, e nos Centros de Referência do ex-Ministério de Desenvolvimento Social.

Em Buenos Aires, diante do Ministério da Agricultura Familiar e do Ministério da Economia, assim como nas capitais provinciais (estaduais) e nas principais cidades do país, os servidores defenderam a necessidade da renovação automática dos 70 mil contratos de trabalho que expiram no próximo 31 de março; reintegração dos demitidos sem justa causa; aumento salarial acima da inflação; incorporação de todos os trabalhadores precários em cargos permanentes; rejeição ao encerramento de todos os organismos públicos e à privatização das empresas estatais; aumento emergencial para aposentados e pensionista e rejeição de qualquer tentativa



Servidores diante do Ministério da Agricultura Familiar

de privatização. Para os servidores, o fato do maior empresário do país, o argentino-italiano Paolo Rocca, dono das principais firmas dos setores de engenharia, construção e energia, “ter mais funcionários no governo que a força política ganhadora nas eleições nos obriga a refletir”.

À dimensão do caos privatizante foi exemplificado pela cobertura do Página12 desta quarta-feira, citando como “as demissões na Administração Nacional da Seguridade Social (Anses) deixaram a estrutura pública à beira do colapso”. Uma placa diz “fechado por falta de energia elétrica devido a problemas de construção”, na Unidade de Atenção Integral (UDAI) – que atende os aposentados – em Rivadavia e Nazca, uma das com maior atendimento. A poucos quarteirões dali a UDAI Liniers funciona de forma limitada “por falta de limpeza”, pois os encarregados pela limpeza foram demitidos. No Chaco só diz “fechado” e há

fitas vermelhas, do tipo usado em acidentes, cruzadas na porta, onde os funcionários de seis UDAI da província “todos foram demitidos”. O aposentado é orientado a realizar o procedimento que necessita em outra UDAI: a mais próxima, em alguns casos, fica a 243 quilômetros de distância.

CORPORAÇÕES

“Vamos resistir a todas as tentativas de ter um Estado a serviço das grandes corporações”, sublinhou Rodolfo Aguiar, secretário-geral da ATE, para quem, mais do que nunca, “é necessário resistir a qualquer possibilidade do Estado aparecer como avalista do saque aos nossos recursos naturais, como pretende o governo”. Com o compromisso de aprofundar o compromisso com o desenvolvimento, com a Argentina e seu povo, enfatizou o sindicalista, nossa bandeira de luta deve ser “democratizar o Estado para construir a Nação”.

“Por que todo esse morticínio?”, questionou o Papa Francisco ao renovar, neste Domingo de Páscoa, a exigência de que Israel permita que a população tenha acesso à ajuda humanitária

“Eu apelo mais uma vez para que haja o acesso à ajuda humanitária cuja entrada em Gaza seja garantida e renovo o chamado a um cessar-fogo imediato”, declarou.

“Quanto sofrimento mais seguiremos vendo nos olhos das crianças, as crianças se esqueceram de sorrir nesta zona de Guerra. Com seu olhar, as crianças nos perguntam: Por que? Por que todo esse morticínio?”, questionou Francisco.

“Esta guerra é um absurdo e uma derrota”, completou pedindo também a liberação dos reféns israelenses.

A cerimônia começou às 10h no horário local (5h em Brasília). O papa chegou de cadeira de rodas ao local. Depois da missa, saudou os fiéis a bordo do papamóvel. A celebração foi retransmitida para o mundo inteiro.

Na noite do sábado (30), o Papa participou da vigília pascal durante mais de duas horas e pronunciou a homilia. Ele se manifestou contra as “pedras da morte”, “os muros do egoísmo e da indiferença” e “todas as aspirações de paz destruídas pela crueldade do ódio e pela ferocidade da guerra”.

Na sexta-feira (29), Francisco, de 87 anos, não participou das celebrações da Via Sacra. Segundo informou o Vaticano, a decisão foi tomada para preservar sua saúde num período carregado de atividades.

CESSAR-FOGO URGENTE

Quinze dias antes, em Amã, capital da Jordânia, o arcebispo Paul Richard Gallagher, secretário do Vaticano para as Relações com os Estados e Organizações Internacionais, enfatizou os apelos que o Papa Francisco “lança desde outubro: há uma necessidade urgente de um cessar-fogo imediato em Gaza e em toda a região”.

O prelado está visitando a Jordânia de 11 a 14 de março, por ocasião de aniversário de 30 anos das

Síria denuncia a “agressão terrorista” do bombardeio de Aleppo por Israel

“Não é coincidência que o bombardeio israelense aconteceu no mesmo momento em que grupo terrorista alojado em Idleb lançou drones para atingir Aleppo”, denuncia governo sírio.

A Síria condenou a “agressão terrorista lançada pela entidade de ocupação israelense ao final desta sexta-feira”, conforme declaração do Ministério do Exterior.

Segundo a declaração, “vários pontos dos subúrbios de Aleppo foram atacados causando mortes e ferindo civis e militares, além de causar dano material em propriedades públicas e privadas”.

O governo sírio acrescenta que “não é uma coincidência que a entidade racista israelense levou a cabo esta agressão ao mesmo tempo em que grupos terroristas que lhe são aliados lançaram ataques com drones desde Idleb na tentativa de atingir civis na cidade de Aleppo e vizinhanças”.

A agressão israelense aconteceu poucas horas depois de outro ataque aéreo, desta vez contra a capital Damasco, danificando um edifício e ferindo dois civis.

Disse ainda o Ministério do Exterior que “a República árabe Síria sublinha que as violações israelenses do território sírio e suas repetidas

relações diplomáticas do país árabe com a Santa Sé.

Dom Gallagher destacou em seu discurso o “generoso apoio” e a compaixão demonstrados pelo Rei Abdullah II e por todo o povo jordaniano “por seus irmãos e irmãs palestinos que vivem na Faixa de Gaza, onde a situação humanitária é inaceitável, para não dizer, catastrófica”.

O arcebispo destacou que, toda vez que ocorre a tragédia de um conflito armado, “a Santa Sé não hesita em reiterar que o princípio de humanidade, gravado no coração de todos os homens e de todos os povos, inclui o dever de proteger os civis das consequências de tais conflitos”.

Dom Gallagher exortou a que “a ajuda humanitária seja entregue prontamente e sem impedimentos à população civil afetada”. “Os nossos pensamentos e as nossas orações estão com as vítimas e suas famílias”, reiterou o arcebispo, pedindo para não esquecer os 600 refugiados cristãos, tanto católicos quanto greco-ortodoxos, que vivem na paróquia da Sagrada Família em Gaza.

Esperando que “a população civil palestina possa ter acesso seguro à ajuda humanitária” e os reféns israelenses “possam ser libertados imediatamente e devolvidos aos seus entes queridos”, o prelado concluiu o discurso agradecendo os grandes esforços dos jordanianos na frente humanitária e expressando “o desejo por uma iminente paz compartilhada”.

O Papa Francisco já havia se pronunciado também durante as comemorações natalinas, quando fez, um forte apelo para “que a violência e o ódio não continuem a ser alimentados, mas que seja encontrada uma solução para a questão palestina, através de um diálogo sincero e perseverante entre as partes, sustentado por uma forte vontade política e pelo apoio da comunidade internacional”.

RÚSSIA CONDENA

agressões contra bairros residenciais comprovam a natureza agressiva e bárbara desta entidade”.

O governo sírio convocou todos os países do mundo a assumirem suas responsabilidades em face das sérias e repetidas violações israelenses dos princípios da lei humanitária e internacional e forçarem o país e seus apoiadores a pararem com seus ataques e crimes na Palestina, Líbano e Síria.

RÚSSIA CONDENA

A porta-voz do Ministério do Exterior da Rússia, Maria Zakharova, expressou a solidariedade de Moscou: “Mais uma vez, enfatizamos que estas ações agressivas se constituem em uma flagrante violação da soberania síria e das normas fundamentais da lei internacional e são categoricamente inaceitáveis”.

“Nós condenamos fortemente”, acrescentou Zakharova, “estas ações violentas e provocativas contra a Síria que são portadoras de consequências extremamente perigosas, além de uma dramática escalada na zona do conflito Israel-Palestina”.

Segundo a Reuters o número de mortos chegou a 50. Israel não fez qualquer comentário sobre o destrutivo ataque.

Irlanda soma-se à África do Sul pelo fim do genocídio de Israel em Gaza



Palestinos caminhando em Khan Yunis, Gaza. À direita, imagem da execução

Vídeo mostra israelenses executando jovens palestinos desarmados ao sul de Gaza

Em mais uma prova do genocídio que Israel vem perpetrando em Gaza, a Al Jazeera exibiu imagens do ataque de um drone israelense a quatro palestinos desarmados – possivelmente adolescentes ou jovens –, que caminham por uma estrada, são perseguidos, bombardeados e mortos. A chacina ocorreu em Khan Younis, no mês passado, e a denúncia foi feita na quinta-feira passada. O portal de notícias considerou as imagens “gráficas demais” para serem incluídas em seu blog diário cobrindo a invasão de Gaza, mas rapidamente um trecho viralizou nas redes sociais.

De acordo com uma tradução da cobertura, eles não foram identificados na reportagem. O drone atinge primeiro e mata três, continua mirando e mais na frente mata o último.

“Ultrapassado mesmo depois de meses de ultrajes”, declarou o analista político palestino-americano Yousef Munayyer ao portal Common Dreams. “Este vídeo mostra um drone militar israelense literalmente perseguindo quatro civis desarmados, que não representam qualquer ameaça, e eliminando-os um após o outro!”

A matança também chocou o ex-agente da NSA, Edward Snowden, que está exilado na Rússia depois de denunciar a guerra cibernética dos EUA contra a humanidade. Ele assinalou que a filmagem “não permite espaço para ‘foi um erro’, mostrando ataques repetidos e especificamente direcionados contra os desarmados e até feridos.”

“O tipo de comportamento que a CIJ proíbe explicitamente na decisão de genocídio contra Israel”, ele acrescentou, referindo-se à ordem preliminar da Corte Internacional de Justiça em janeiro frente ao questionamento apresentado pela África do Sul.

“Todos no mundo precisam ver isso”, sublinhou Snowden.

“Esta é uma das piores filmagens que já vi. Esses meninos não apenas estavam claramente desarmados e não apresentavam nenhuma ameaça, mas também foram atingidos várias vezes, mesmo depois de tropeçar/rastejar. Não há como serem considerados combatentes. Isso é irreal”, disse Tariq Kenney-Shawa, dirigente da rede palestina norte-americana Al-Shabaka.

Para o escritor Assal Rad, “qualquer país que ainda forneça armas e ajuda a Israel é cúmplice desses crimes”, observação cuja carapuça se encaixa com perfeição na cabeça do presidente Biden, aliás, Genocida Joe, segundo os manifestantes que denunciam o genocídio e seus cúmplices.

Mais de 100 mil palestinos foram mortos ou feridos pelas tropas coloniais israelenses em Gaza, três quartos dos quais, mulheres e crianças; 2 milhões de palestinos foram forçados a deixarem seus lares, sob as bombas e tiros israelenses; os ataques israelenses causaram 23 milhões de toneladas métricas de escombros do que antes eram casas, escolas, centros de atendimento, padarias, mesquitas e infraestrutura civil. O bloqueio israelense, para negar comida, água, combustível, remédios e eletricidade à população, com a ajuda humanitária reduzida a uma fração, já leva, segundo a ONU, 1 em cada 2 habitantes à beira da fome.

Bolívia inaugura primeira unidade industrial de biodiesel

O presidente Luis Arce inaugurou nesta terça-feira (26) a primeira unidade industrial de biodiesel da Bolívia, o que representa um passo na política de substituição das importações de diesel. Localizada no terreno da Refinaria Guillermo Elder Bell, no departamento (Estado) de Santa Cruz, a fábrica recebeu um investimento público de 379 milhões de bolivianos (US\$ 47 milhões) e produzirá inicialmente 1.500 barris diários – 38.500 litros –, vai gerar mil postos de trabalho diretos e 500 indiretos, e reduzirá em 3,5% a demanda do diesel importado, cerca de US\$ 100 milhões anuais.

“Entramos pela primeira vez na era da industrialização dos biocombustíveis. Muitos países nos precederam durante muitos anos nesta tarefa de produzir diesel a partir da produção agrícola e a Bolívia não poderia ficar de fora”, declarou Arce. “Fazemos isso com um alto compromisso com a industrialização do país, como única forma de tirar o país

da dependência da importação de combustíveis”, acrescentou.

Segundo dados da estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), este complexo conta com um parque de tanques para recebimento de matéria-prima, com capacidade de 6,4 milhões de litros, e um pátio de distribuição do produto acabado com capacidade de 3,1 milhões de litros. Por decreto governamental, foi autorizada a incorporação de biodiesel e etanol na proporção de até 25%.

“Para isso era necessária regulamentação e o decreto aponta, portanto, para dois objetivos claros, o de dar uma margem de mistura maior de até 25% com base em estudos técnicos”, frisou Arce. Em relação ao percentual de mistura, explicou que no Brasil chega a 27%, no Paraguai a 25% e na Argentina a 12%.

O mandatário anunciou incentivos aos agricultores para garantir o abastecimento de matéria-prima, por meio do programa SIBolívia [...]

Leia mais no site do HP

Reprodução



Criminoso de guerra Netanyahu devasta Gaza com bombas contra civis

Há 25 anos, desrespeitando a ONU, EUA bombardeou a Iugoslávia por 78 dias

Há 25 anos, em 24 de março de 1999, com a agressão militar contra a Iugoslávia, bombardeada por 78 dias, passando por cima do Conselho de Segurança da ONU e da lei internacional, os EUA, sob o governo de Bill Clinton, explicitou ao mundo a entrada em vigor da ditadura norte-americana sobre o planeta pós-dissolução da URSS – há ouvidos que preferem ‘hegemonia’ –, mais tarde rotulada de “ordem global sob regras”.

Agressão que deixou um rastro de cinco mil mortos, mais asilos de idosos, creches, escolas, fábricas, estações de tratamento de água, linhas de transmissão de energia e até mesmo um trem de passageiros em destroços.

Cerca de 2.300 mísseis de cruzeiro e 14.000 bombas foram lançados sobre o pequeno Estado soberano no centro da Europa.

Nem a TV estatal ou a embaixada chinesa em Belgrado escaparam da barbárie. Estava aberto o caminho para os ataques ao Iraque, ao Afeganistão, à Líbia e a quem quer que prezasse a própria soberania, “as guerras eternas”. Com a Iugoslávia esquartejada, o mundo estava de volta à lei da selva.

Em sua blitzkrieg aérea, a Otan despejou entre dez a 15 toneladas de urânio depletado, que provocaram um desastre ambiental e multiplicaram por cinco os casos de câncer.

“FASCISTAS DA OTAN”

O presidente sérvio Aleksandar Vucic lembrou que há 25 anos, “19 dos [países] mais poderosos e mais fortes atacaram a Sérvia – sem qualquer direito e pela primeira vez sem uma decisão do Conselho de Segurança da ONU”. Ele descreveu como os membros da Otan “destruíram o país, mataram crianças, destruíram o seu território”.

No domingo, em Belgrado, uma multidão homenageou na Praça da República os mortos e os que resistiram, e denunciou os crimes de Washington e de seus cúmplices. Os manifestantes portavam bandeiras sérvias e cartazes com as inscrições “morte aos fascistas da Otan” e “morte ao imperialismo”, segundo a agência de notícias TASS.

Uma enorme faixa com os dizeres “A Otan é uma ocupante, fora da Sérvia” foi estendida. Também houve um ato, perto do monumento Chama Eterna, dedicado às vítimas da agressão de 1999, em que também foi expressa solidariedade ao povo russo, com um minuto de silêncio em memória dos mortos no ataque terrorista à casa de shows Crocus.

A embaixada russa em Belgrado lembrou as palavras do então primeiro-ministro russo Yevgeny Primakov, que estava a caminho de Washington para uma reunião com Clinton quando soube do bombardeio, e mandou o avião dar meia volta.

“Este não é apenas um ataque contra um país, mas um ataque contra toda a ordem



Bombeiros lutam para debelar incêndio em prédio de Belgrado atacado por mísseis dos EUA (Reprodução)

mundial que surgiu após a Segunda Guerra Mundial”.

Como pretexto para a agressão, os EUA organizaram uma provocação com bandos de terroristas e traficantes albaneses, paparicados pela CIA, em Kosovo/Metodiha, o milenar berço da nação sérvia, alegando ser uma operação “humanitária”.

PUTIN: “INACEITÁVEL”

A TV russa exibiu no domingo um documentário intitulado “Belgrado”, de Andrei Kondrashov, sobre a agressão da Otan à Iugoslávia em 1999.

“O que o Ocidente fez foi completamente inaceitável. Sem qualquer resolução do Conselho de Segurança da ONU, eles começaram diretamente uma operação militar, uma guerra de fato, no centro da Europa, e com o bombardeio da capital [da Iugoslávia], Belgrado”, disse Putin ao canal Rossiya 1.

O Conselho da Federação Russa (que equivale ao Senado) dirigiu à ONU, aos parlamentos do mundo e às organizações interparlamentares, sobre os 25 anos da agressão à Iugoslávia, um chamado a condenar essa operação militar ilegal e a levar seus autores à justiça. A convocação pede, ainda, que se combata as tentativas de “distorcer a verdade histórica sobre os trágicos acontecimentos de 1999”.

Também o presidente dos comunistas russos, Gennady Ziuganov, se pronunciou sobre a data. “Os EUA, os anglo-saxões, os criadores da nova ordem mundial, estabeleceram a tarefa de esmagar todos os estados independentes. E usando, o exemplo da Iugoslávia, eles mostraram como continuariam a acabar com a Federação Russa”.

“No mês de março, com vários anos de intervalo, ocorreram três atentados e três massacres americanos”, acrescentou Ziuganov. “A Iugoslávia foi bombardeada em 24 de março, o Iraque e a Líbia em outros 19 de março. Assim que os líderes dos países declararam a sua independência, caíram imediatamente sob fogo cruzado”.

“Quanto ao nosso país,

tornamo-nos a primeira vítima da grande “revolução colorida”, que resultou no colapso traiçoeiro de uma grande potência – a URSS”.

Para Ziuganov, Yeltsin, que caíra completamente sob o domínio dos americanos com seus Gaidars e Chubais, acordou pela primeira vez quando viu que eles haviam começado a bombardear a Iugoslávia.

“Se ele tivesse fornecido aos iugoslavos ‘agulhas’ e ‘flechas’, nossos outros sistemas de defesa aérea, tudo teria sido diferente. Quando entregamos os nossos C-75 ao Vietnã, vinte e seis aviões americanos caíram do céu. E então eles não voaram por seis meses.”

Ele fez questão de lembrar a vontade, inteligência e coragem de Primakov, ao dar meia volta sobre o Atlântico, dizendo a Clinton: “por que voar até você? Afinal, você está matando nossos irmãos!”

Ziuganov lembrou do irmão do então presidente Slobodan Milosevic, Borislav, que era o embaixador iugoslavo em Moscou. “Ele e eu percorremos todos os escritórios, apelando às autoridades da época para que apoiassem mais decisivamente a Iugoslávia. Mas foi impossível encontrar uma resposta por parte do governo Yeltsin.”

Mais tarde – acrescentou o líder comunista russo –, “Milosevic dirigiu-se a nós com um aviso: ‘Russos, acordem! Este raivoso cão ocidental agarrou nossa garganta e amanhã agarrará a sua. E você vê um exemplo de como será dilacerado e destruído!’”

“Sim, nessa altura entendemos a mão à Iugoslávia, mas com demasiada hesitação. E as ações brilhantes dos nossos homens na frente não foram apoiadas por ações correspondentes em nível internacional”.

A Resolução 1244 do Conselho de Segurança garantia a soberania sérvia, mas a província foi colocada sob intervenção da Otan. Em 2008 – mesmo ano em que o governo W Bush anunciou o “convite” à Ucrânia para anexação –, o governo “provisório” do Kosovo, apoiado pelos EUA, declarou “independência”, o que jamais foi reconhecido por Belgrado apesar de todas as pressões.

Leia a íntegra em www.horadopovo.com.br

Micheál Martin, ministro das Relações Exteriores da Irlanda, condenou “a punição coletiva contra uma população inteira”

O ministro das Relações Exteriores e ministro da Defesa, Micheál Martin, anunciou que a Irlanda vai se somar à África do Sul na ação movida perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ) que denuncia o genocídio perpetrado por Israel em Gaza.

A Irlanda anunciou a medida, nesta quarta-feira (27), e que o faz ao abrigo da Convenção Contra o Genocídio um dos pilares para o funcionamento da CIJ com sede em Haia.

“Cabe ao tribunal determinar se está sendo cometido genocídio. Mas quero ser claro ao reiterar o que disse muitas vezes nos últimos meses; o que vimos em 7 de outubro em Israel e o que estamos vendo em Gaza agora representa a violação flagrante do direito humanitário internacional em grande escala”, disse o ministro das Relações Exteriores, citado no comunicado.

“A tomada de reféns. A retenção proposital de assistência humanitária aos civis. Os ataques a civis e à infraestrutura civil. O uso indiscriminado de armas explosivas em áreas povoadas. O uso de objetos civis para fins militares. A punição coletiva de uma população inteira. E a lista continua. Isso tem que acabar. A opinião da comunidade internacional é clara. Basta”, ressaltou Martin.

PALESTINA PEDE PRESSA

Diante de uma agressão que, se depender das ameaças do governo de Benjamin Netanyahu, deve continuar “por muitos meses”, a Autoridade Nacional Palestina (ANP) pediu que a CIJ acelere o julgamento do processo movido pela

Submissa a sanções dos EUA contra Rússia, Alemanha registra “maiores perdas salariais do pós-guerra”

Um estudo assinado por dois respeitados economistas alemães, Tom Krebs e Isabelle Weber, assinalou que sob crise energética de 2022, decorrente da política de Berlim de aderir às sanções dos EUA contra a Rússia e descartar o gás russo mais barato, diante do conflito na Ucrânia, os trabalhadores de colarinho azul e colarinho branco alemães tiveram que aceitar as “maiores perdas salariais reais da história alemã do pós-guerra”.

Krebs foi conselheiro do agora primeiro-ministro Olaf Scholz, quando este era ministro das Finanças, e é membro científico da Comissão do Salário Mínimo. Weber, que leciona nos EUA, integrou o conselho consultivo do atual ministro da Economia, o verde Robert Habeck, no governo Semáforo (social-democratas, verdes e liberal-democratas).

De acordo com os números do estudo, as perdas salariais reais na crise energética de 2022 foram muito maiores do que na época da crise financeira de 2008 e na crise do coronavírus de 2020. O freio no preço da energia – eles apontaram – chegou tarde demais, fez os cidadãos se sentirem largados à própria sorte, inação que levou à ascensão da AfD mostrada nas pesquisas.

Krebs e Weber advertiram que a destruição da economia alemã pode ser irreversível. “No início de 2024, ainda não há sinais de recuperação econômica, com a produção agregada estando agora em torno de 7% abaixo e os salários reais cerca de 10% abaixo de sua tendência pré-crise.”

Krebs e Weber também entraram no debate em curso sobre a “desindustrialização alemã”, apontando que, se não forem tomadas contramedidas imediatas, a Alemanha está ameaçada de

África do Sul contra Israel.

Em dezembro do ano passado, o país africano acionou o órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), acusando Israel de atos genocidas contra a população da Faixa de Gaza. O processo na CIJ alega “supostas violações de Israel de suas obrigações nos termos da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (a Convenção de Genocídio) em relação aos palestinos na Faixa de Gaza”.

A África do Sul e a ANP, que também responde pela Cisjordânia, que tem outros 3,2 milhões de habitantes, são signatários da convenção.

“O que a África do Sul apresentou, baseando-se no Artigo 9º da convenção e na violação de Israel aos Artigos 2º e 3º, está totalmente alinhado com os deveres das nações para evitar a prática desse crime”, disse a ANP, que pediu uma resposta rápida da Corte às acusações para evitar ainda mais atos que possam ser enquadrados como genocidas.

O número de mortos palestinos nos ataques de Israel contra a Faixa de Gaza desde 7 de outubro de 2023 aumentou agora para 32.552 e também pelo menos 74.980 pessoas ficaram feridas, confirmaram fontes do Ministério de Saúde na quinta-feira (28).

Pelo menos 62 pessoas morreram e outras 91 ficaram feridas em ataques israelenses ocorridos nas últimas 24 horas, acrescentaram.

As fontes reafirmaram que muitas vítimas ainda estão presas sob os escombros, pois as equipes de resgate ainda não conseguem alcançá-las.

perder sua força econômica. “Este erro de política, juntamente com a falta de uma política industrial coerente, pode ter sido o início do fim da força industrial da Alemanha”.

Para o estudo, sinais que possam indicar uma “mudança de rumo” não são encontrados entre os parceiros da coalizão semáforo.

Por sua vez, o CDU [o partido da ex-primeira-ministra Angela Merkel], o maior de oposição ao Semáforo no parlamento, não está focado em aumentar o investimento ou crescer o poder de compra. Só pensa em cortar gastos. O estudo é demolidor em relação à gestão Scholz/Habeck. Nenhuma crise do pós-guerra fez com que o padrão de vida dos alemães caísse tanto quanto as consequências da crise energética e sua má gestão.

Os danos, eles se preocupam, podem não ser reversíveis. Segundo o estudo, a reação tardia do governo Scholz à crise energética implicou em uma “redução acentuada do padrão de vida, com a qual as pessoas foram confrontadas”, o que explicaria em boa medida o avanço da AfD, a oposição de extrema-direita.

Já para o ministro Habeck, nada disso faz sentido. Os desafios colocados pela economia alemã foram “muito bem enfrentados” em geral, a transição energética está progredindo “rapidamente” e a Alemanha irá “atingir” suas metas climáticas para 2030.

Quanto à dissociação das fontes de energia russas, segundo Habeck, foi alcançada “sem grandes problemas” – a indústria alemã que o diga. Quem não vê dessa forma, diz o ministro encantado com Washington, está fazendo “críticas incompreensíveis”.

Juros: queda a conta-gotas

O economista Paulo Kliass alerta que a Selic nas alturas, “além de provocar um encarecimento do custo do dinheiro e inviabilizar uma retomada mais efetiva das atividades econômicas de forma mais geral”, provoca um aumento das despesas financeiras governamentais. “Não é por acaso ou coincidência que o País tem apresentado recordes sucessivos também neste quesito. Ao longo dos últimos 12 meses, o volume de recursos direcionados para o pagamento de juros da dívida pública atingiu R\$ 720 bilhões. E tal cifra, jamais antes

atingida, ocorre em uma conjuntura de arrocho fiscal, limites, tetos e contingenciamentos das demais despesas não financeiras”, afirma.

Kliass aponta para a “necessidade de se romper a armadilha do austericídio e abrir espaço no orçamento para que o governo possa realizar os investimentos públicos e as despesas com políticas sociais”. Para isso, “baixar os juros é um imperativo fundamental”.

Paulo Kliass é membro de carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental. O artigo foi reproduzido do site Outras Palavras. Confira!

PAULO KLIASS

O Comitê de Política Monetária (Copom) realizou na semana passada sua reunião de número 261. A orientação seguiu praticamente à risca as previsões anunciadas nas atas e nos comunicados relativos aos encontros anteriores. Assim, não houve maiores surpresas quanto ao resultado do patamar da taxa referencial de juros. A Selic foi reduzida mais uma vez em 0,5%, de acordo com proposição votada por consenso entre os 9 integrantes do colegiado. Desta forma, a partir do dia 21 de março, a taxa foi estabelecida em 10,75% ao ano.

É importante recordarmos que, em 2021, Bolsonaro e Paulo Guedes atuaram fortemente junto ao Congresso Nacional para que fosse aprovada uma norma que aumentasse ainda mais a autonomia já concedida ao Banco Central (BC). Assim, entrou em vigência a Lei Complementar 179/2021, por meio da qual os diretores da instituição passaram a contar com um mandato fixo, praticamente inamovível. Com isso, Lula iniciou seu terceiro período no Palácio do Planalto em 1 de janeiro de 2023 com a equipe do BC toda composta por indicados ainda por Bolsonaro. O presidente do órgão, Roberto Campos Neto (RCN), e seus colegas fizeram, inclusive, campanha aberta pela reeleição do chefe na disputa presidencial de outubro de 2022.

Em razão dos novos dispositivos legais, a política monetária do novo governo começou sequestrada por um grupo que estava alinhado com uma visão econômica oposta ao que Lula havia prometido na campanha. As perspectivas de recolocar o Brasil na trilha do desenvolvimento e a adoção de um conjunto amplo de investimentos públicos se viam embaraçadas pela obstinação financista e ortodoxa de RCN, além da novidade trazida pela manutenção da obsessão pela austeridade fiscal pelas mãos do novo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Passaram-se 15 meses e a maioria dos membros da direção do banco (e integrantes do Copom) permaneceu sendo uma herança bolsonarista. De acordo com o calendário de ingresso de novos dirigentes no órgão

estabelecido na legislação, apenas 4 foram indicados por Lula até o momento.

A SABOTAGEM DO COPOM

No início da gestão de Lula, a opção de RCN foi por implementar uma sabotagem ao novo governo em sua esfera de influência. Assim, a política monetária foi mantida em níveis estratosféricos. Contrariando as solicitações do Presidente da República, o Copom manteve a Selic em 13,75% ao longo de quatro reuniões no início de 2023 e só aceitou iniciar um processo lento e insuficiente de redução da taxa em agosto do ano passado. Assim foram encontros em sequência com diminuições de 0,5% em cada um deles.

Ocorre que a magnitude e a velocidade da queda da queda da SELIC significaram muito pouco em termos de estímulo à retomada das atividades econômicas no setor real. Tal fato se deve à ocorrência de uma diminuição na inflação no mesmo período, de maneira que a taxa real de juros caiu muito pouco. O Brasil continuou ocupando as principais posições na liderança mundial do quesito rentabilidade financeira real. Atualmente, mesmo depois da última diminuição da Selic, estamos no segundo lugar entre os principais países do mundo, atrás apenas do México. Na verdade, seguimos sendo o paraíso do financismo global.

Um dos problemas no equacionamento do dilema da política monetária refere-se ao comportamento dos quatro diretores nomeados por Lula. Todos eles têm votado sistematicamente junto com a maioria encabeçada por RCN, aceitando de forma passiva essa orientação minimalista na redução da taxa oficial. Na verdade, a Selic já deveria estar em um



Brasil – Diferentes taxas de juros (% ao ano)

TAXA DE JUROS	jan/23	fev/24
SELIC	13,75	10,75
Crédito pessoal	84	90
Cheque especial	131	127
Cartão de crédito rotativo	416	415

Fonte: BCB

A Selic cai de forma lenta, mas continua nas alturas diante do desafio de reconstruir o país. Lula precisa intervir na política fiscal e monetária – e evitar a captura do BC pelo financismo. Os bancos públicos podem ter papel decisivo contra abusos rentistas

patamar bem mais baixo do que o atual e há muito tempo atrás. Ocorre que a política de bom mocismo que vem sendo levada a efeito por Haddad junto ao financismo tem feito com que seus indicados no BC (e por consequência no Copom) não apresentem nenhuma estratégia alternativa mais ousada para estimular o setor real e produtivo da economia.

BRASIL SEGUE LÍDER MUNDIAL NA TAXA DE JUROS

Além de provocar um encarecimento do custo do dinheiro e inviabilizar uma retomada mais efetiva das atividades econômicas de forma mais geral, a Selic

nas alturas provoca um aumento das despesas governamentais. Afinal, ela é a referência básica para o custo da dívida pública e do volume de despesas financeiras do governo federal. Não é por acaso ou coincidência que o País tem apresentado recordes sucessivos também neste quesito. Ao longo dos últimos 12 meses, o volume de recursos direcionados para o pagamento de juros da dívida pública atingiu R\$ 720 bilhões. E tal cifra, jamais antes atingida, ocorre em uma conjuntura de arrocho fiscal, limites, tetos e contingenciamentos das demais despesas não financeiras.

Outro aspecto que merece destaque refere-se aos spreads absurdos que sempre foram cobrados pelos bancos em suas operações de crédito e empréstimo junto aos seus clientes. Essa sistemática de superespoliação que o financismo pratica contra o restante da sociedade permanece inalterada. Ora, se o governo decidisse estimular a banca a praticar por aqui padrões minimamente “civilizatórios” para tais mecanismos, muito provavelmente o custo financeiro poderia ser bastante reduzido.

Trata-se de um escândalo com tinturas criminosas o próprio órgão regulador fiscalizador do sistema financeiro apresentar em sua página na internet as informações relativas à prática de taxa de juros em diferentes modalidades de crédito e empréstimo.

As informações são a revelação mais límpida e cristalina de que o BC não atua em defesa da sociedade contra os abusos dos bancos e demais instituições do financismo. Pelo contrário, a instituição faz cara de paisagem e naturaliza a espoliação pura e simples. A Selic caiu por volta de 22% no período e as taxas praticadas pela banca ficaram praticamente inalteradas.

Para dar conta de tal missão, a primeira medida seria constranger o BC a cumprir com sua função precípua de agência reguladora e fiscalizadora do sistema bancário e financeiro. Nesse caso, bastaria estabelecer regras e procedimentos para os spreads que fossem aplicados pelas instituições que oferecem crédito. Na ausência de tal regulamentação, o céu é o limite para os gigantes do mercado concentrado e oligopolizado. Além disso, o governo deveria orientar os bancos estatais a reduzirem imediatamente seus spreads nas operações com indivíduos, famílias e empresas. Não faz sentido que instituições como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste cobrem de seus clientes os mesmos ganhos que o oligopólio da banca privada.

LULA PRECISA INTERVIR NA ÁREA ECONÔMICA: FISCAL E MONETÁRIA

A estratégia de se equi-

parar aos mastodontes privados do financismo só faz despontarem cifras bilionárias nos balanços de resultados dos bancos estatais. Mas isso não faz sentido. Eles deveriam ter um comportamento no chamado “mercado financeiro” que faça justiça à natureza pública e estatal dos mesmos. É um verdadeiro absurdo eles buscarem lucros exorbitantes às custas da extração de renda de seus clientes e da sociedade de forma geral. Banco público tem que se pautar pelo cumprimento de função pública em sua atuação. E banco privado, ainda mais em mercado oligopolizado e sem concorrência, deveria ser regulamentado de forma efetiva pelo Estado.

Faz todo o sentido apontar para necessidade de se romper a armadilha do austericídio e abrir espaço no orçamento para que o governo possa realizar os investimentos públicos e as despesas com políticas sociais. Isso significa apontar a emergência da política fiscal para o momento atual. Mas não se deve, por outro lado, menosprezar ou negligenciar mudanças progressistas também na política monetária.

Baixar os juros é um imperativo fundamental. Seja reduzindo a Selic a níveis mais baixos, seja provocando uma queda acentuada igualmente nos spreads bancários. O sucesso do governo Lula 3.0 depende fundamentalmente de sua capacidade em cumprir as promessas de campanha e de fazer a economia deslançar.